



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 83ª
(OCTAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER SOBRE O AUMENTO DAS TARIFAS DO TRANSPORTE COLETIVO
DO DISTRITO FEDERAL,
DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Antes de ler o expediente, quero registrar a presença da companheira Marli e parabenizar todos os trabalhadores da área da saúde. Sei que muitos estão aqui sem almoço, desde cedo, mas não há nenhum avanço e nenhuma garantia de direito sem luta. O que vocês fazem aqui, nesta tarde, é buscar o que é de vocês, o que é justo e o que é de direito, que são as conquistas alcançadas muitas vezes por projetos de lei aprovados por esta Casa. E este poder não ficará de cócoras, ficará de pé, ajudando os trabalhadores.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero pedir desculpas, pois não cabem todos os trabalhadores da saúde aqui dentro. Tem muita gente lá fora. Vou até lá encontrá-los, porque hoje tem...

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Lá fora, não? Há outras categorias?

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Temos saúde, professores... Todas as categorias. Sinpro...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

Pessoal, enfim, a gente votou aqui mais de quarenta projetos de lei sobre reajuste de servidores. Então, creio que estejam presentes muitos servidores de várias áreas.

Hoje haverá uma comissão geral do Deputado Ricardo Vale, que vai debater sobre o aumento das passagens. Quem quiser pode acompanhar depois.

O que nós estamos marcando? Na terça-feira, no Colégio de Líderes, a gente vai receber uma comissão dos trabalhadores e dos sindicatos das diversas áreas que queiram discutir conosco a crise. Sabemos que a solução ainda não existe a curto prazo, mas vamos atrás dela e não aceitamos retrocesso nem retirada de garantias e de direitos. Vamos trabalhar pela garantia dos direitos dos trabalhadores.

Hoje temos três projetos na pauta. Um deles, inclusive, vai ajudar o pagamento da folha. Vou pedir ao Deputado Chico Vigilante para fazer a leitura dos itens, mas antes vou conceder a palavra aos demais Deputados que queiram falar.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente. Quero só dizer que eu me solidarizo com vocês, com todos os servidores, trabalhadores de todas as categorias, de todos os órgãos do GDF, e dizer que já vencemos o governo no primeiro semestre, quando ele tentou, com aquela ação junto ao Ministério Público, tirar essas conquistas. Tenho certeza de que vamos de novo derrotar o Governo do Distrito Federal e garantir o que é direito de vocês, da família de vocês. A gente sabe que servidor público já não é bem remunerado, e retirar conquista é um crime.

Quero que vocês contem comigo. Podem continuar firmes, juntos, porque nesta Casa, conversando com todos os Deputados, vamos fazer de tudo para que isso não aconteça.

Meus parabéns. Vamos juntos na luta!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Estamos, Sra. Presidente, com trabalhadores das mais variadas categorias, professores, auxiliares de administração escolar, pessoal da Novacap, trabalhadores da saúde, pessoal da Terracap, enfim, muitas categorias.

Estive hoje, pela manhã, na assembleia geral em frente ao Buriti. Já tive a oportunidade de dizer ao Governador Rollemberg – somos de partidos de oposição, mas conversamos. Nós somos oposição ao Rollemberg, não somos oposição a Brasília. Uma das maiores burrices que o governo pode fazer é escolher o servidor público como bode expiatório, é achar que a mazela do Distrito Federal é o servidor público, porque não é. Já disse a ele que, pela maneira como estão fazendo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

assustando o servidor público, as pessoas ficaram sem comprar, o comércio está parado. Há mais gente sendo demitida e caiu a arrecadação de impostos.

O servidor público desta cidade, tanto o do Distrito Federal, como o servidor federal, são o pulmão. Quem movimenta efetivamente a economia são vocês que têm emprego fixo. A qualquer loja que vocês chegam, em função da estabilidade que têm, vocês compram. Só que as pessoas foram se endividando de uma tal maneira, que a gente tem uma questão hoje que é muito grave: o governo tem atrasado pagamento, não paga as despesas extras, as pessoas tomaram antecipado do BRB, que agora está maltratando vocês. São juros escorchantes.

Portanto, fizemos, Deputada Celina Leão, quinze sugestões ao Governador Rollemberg. Primeiro, não há que se discutir a questão dos aumentos. Os aumentos estão concedidos e são legais. O tribunal já disse que é legal. Portanto, não adianta o governo mandar um projeto para cá, suspendendo os aumentos, porque não passa aqui na Câmara Legislativa. Nenhum Deputado é louco. Deputado não vai botar o pescoço na forca, não vai votar contra o que o tribunal disse ser legal. Portanto, cabe a ele agora encontrar um mecanismo para pagar isso. E nós estamos dispostos a ajudar a encontrar esses mecanismos para que vocês recebam em dia e que tenham o reajuste.

Eu fico triste quando vejo alguns segmentos da imprensa, como rádio, alguns jornais escritos e a televisão, dizendo que é porque deram aumento demais. Não é verdade! Os aumentos foram concedidos em três anos. Os aumentos foram concedidos na mesma base do que foi concedido pelo Governo Federal. Não há nada exorbitante. A última parcela que vocês vão receber não corrige nem a inflação do período.

Portanto não dá para ficar caçando chifre em cabeça de cachorro e querendo atrapalhar a vida dos servidores. Eu vejo que ele está começando a ouvir o que a Câmara Legislativa está propondo.

Ao terminar aqui a minha fala, vou fazer a leitura dos projetos que estão em pauta. E pelo menos dois vão cuidar da questão do pagamento, que votaremos na terça-feira, para que ele tenha tempo de operacionalizá-los e não atrasar a folha de vocês. E para que também venha a honrar os aumentos que foram concedidos pelo governo e que o Tribunal de Justiça já disse que são legais.

Aqui vocês têm o apoio e a solidariedade de todos os Deputados, não se discute questão partidária. Aqui não é o Deputado do PT, nem a Deputada do PDT, é a Câmara Legislativa na defesa dos interesses maiores desta cidade, que são os interesses de vocês.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, neste momento, eu vou passar a Presidência ao Deputado Ricardo Vale, porque muitos companheiros querem ouvir uma palavra de apoio da Câmara Legislativa. E vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

dar uma palavra às pessoas que não entraram, que não conseguiram falar, e que não conseguiram nos ouvir aqui também.

Mas o que queremos reafirmar aqui na fala dos dois companheiros, e a fala do Deputado Chico Vigilante é muito verdadeira, é que a Câmara Legislativa, em muitos momentos, é única, não se divide. Há algo para nós que é muito caro, e com que realmente nós temos muito compromisso, que se chama servidor público. O servidor público para nós é algo muito caro do ponto de vista do compromisso, do ponto de vista de realmente ajudarmos.

Esta Câmara Legislativa vai votar dois projetos na terça-feira, como o Deputado Chico Vigilante colocou, que vão dar condições de se pagar o salário em dia, mas nós não estamos satisfeitos somente com o salário em dia, pessoal. É bom registrar que queremos, sim, a garantia do aumento dos salários que foram votados aqui na Câmara Legislativa.

Inclusive, um companheiro ali gritou sobre a licença-prêmio. Esse é um dos questionamentos que estamos fazendo, porque mudar a regra no meio do jogo é o mesmo que um time estar jogando futebol, e a regra ser mudada no meio do jogo. Até porque, depois de trinta anos de dedicação, não ter direito à licença-prêmio na forma como ela existia é muito difícil para todos nós. Vamos discutir também o problema da licença-prêmio.

Eu vou subir ao TS para dar uma palavra aos companheiros.

Muito obrigada, pessoal.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Nobre Sr. Presidente, eu só quero reiterar as palavras dos meus antecessores e dizer a todos os servidores que nós estamos juntos, também sou servidora. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

Em razão de aprovação do Requerimento nº 984, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de hoje, 24 de setembro de 2015, quinta-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

feira, fica transformada em comissão geral, para debater sobre o aumento das tarifas de transporte coletivo do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Suspendo a sessão por cinco minutos. Daqui a pouco, retornaremos aos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h27min, a sessão é reaberta às 15h44min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Sob a proteção de Deus reiniciamos os nossos trabalhos. Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o aumento das tarifas de transporte coletivo do Distrito Federal.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, Carlos Tomé; o Sr. Diretor-Geral do DFTrans, Léo Carlos Cruz; o Sr. Diretor de Administração e Finanças do Sindmetrô, Quintino dos Santos Souza; a Sra. assessora política do Inesc e membro do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Nossa Brasília, Carmela Zigoni; o Sr. Professor da UnB – Programa de Pós-graduação em Transporte, Paulo Cezar Marques; o Sr. membro do Movimento Passe Livre, Paique Duques.

Eu gostaria de lembrar que, a partir deste momento, estarão abertas as inscrições para aqueles que desejarem fazer uso da palavra.

Bom, primeiramente eu quero agradecer a presença de todos vocês. Agradecer a presença das autoridades aqui, do Secretário Carlos Tomé; do Sr. Diretor-Geral do DFTrans, Léo Carlos Cruz; do Sr. Diretor de Administração e Finanças do Sindmetrô, Quintino dos Santos Souza; da Sra. Assessora Política do Inesc e membro do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Nossa Brasília, Carmela Zigoni; do Sr. Professor da UnB, Paulo Cezar Marques; e do Senhor membro do Movimento Passe Livre, Paique Duques.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal tomou uma atitude correta em transformar a sessão da Câmara hoje em comissão geral, principalmente, em função desses reajustes nas passagens de ônibus. Toda a comunidade do Distrito Federal foi pega de surpresa, inclusive, os Deputados Distritais desta Casa.

Sabemos que o Distrito Federal passa por uma crise econômica, uma crise financeira. Sabemos que várias áreas estão em dificuldade, mas o aumento das passagens não ocorria – se não me engano Secretário – há uns nove anos e meio. Foi um aumento considerável, não foi um aumento qualquer. O Secretário esteve aqui nesta Casa, sou um dos membros da CPI do Transporte. Isso foi em agosto. Ele colocou que essa possibilidade de aumento das passagens não estava em estudo. O senhor chegou a colocar para a gente que a possibilidade era... Inclusive, na medida em que o governo fosse fazendo a integração do sistema de bacias, a tendência era de que os preços, tanto da tarifa técnica quanto da passagem, poderiam ter redução.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

Então, diante dessa situação e de nós Parlamentares estarmos sendo perguntados o tempo inteiro sobre o porquê desse aumento... Inclusive, há muitas pessoas achando que isso foi uma ação da Câmara e não foi! Foi um decreto do Governo do Distrito Federal. Diante disso, a gente resolveu convidar as autoridades do governo para explicar. Explicar o porquê desse aumento, a forma, até quando, se o governo pretende ainda aumentar mais as passagens. Como fica essa tarifa técnica? Como fica a tarifa para o usuário? Como fica a tarifa para o usuário? Então, era isso.

Eu gostaria já de passar a palavra para o nosso Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, Sr. Carlos Tomé, para fazer suas considerações iniciais.

SR. CARLOS TOMÉ – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale. Queria cumprimentar os meus companheiros de Mesa e saudar todos os que participam aqui, hoje, desta comissão geral.

Essa é uma excelente oportunidade para nós debatermos esse assunto, que afeta toda a população do Distrito Federal. Como o Deputado bem lembrou, a tarifa, o preço da passagem para o usuário não era reajustado no Distrito Federal, ou seja, estava congelado, há nove anos. O último reajuste que houve entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2006. De lá para cá, todos nós sabemos – porque isso afeta a vida de todos nós –, o processo inflacionário consumiu boa parte do nosso poder de compra. E não é diferente com o valor que é pago pela passagem. Os custos subiram muito nesses nove anos.

Para se ter uma ideia, o salário dos rodoviários, de 1º de janeiro de 2006 para cá, subiu 141%; ou seja, um motorista e um cobrador de ônibus ganham hoje quase duas vezes e meia o que ganhavam no dia 1º de janeiro de 2006. A verba para fazer pagamento de salários no sistema de transporte corresponde à metade do custo. Metade do custo do transporte coletivo subiu 141%. Outro elemento muito importante na composição de custo é o óleo diesel. De lá para cá, ele subiu 51%. Outros gastos operacionais também são afetados pela inflação como um todo. A inflação nesse período de nove anos subiu mais de 70%; se formos considerar IPCA, 71%; se formos considerar INPC, 73%.

Ora, se você tem uma arrecadação constante – porque a tarifa estava congelada – e custos crescentes, alguém tem de pagar essa diferença. Quem vem pagando essa diferença já há um tempo é o governo. Então, custos crescentes com receita constante geraram um aumento muito grande no valor que o governo tem de pagar. Quando a gente fala que o governo tem de pagar, estamos falando que é a sociedade quem está pagando. O dinheiro que o governo tem para pagar suas despesas é o arrecadado por meios de impostos.

Então, a primeira coisa que a gente precisa deixar bem claro é que o aumento das passagens não foi feito por uma opção – Deputado Wellington Luiz, boa tarde –, mas por absoluta necessidade. O valor que é custeado pelo governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

para pagar pelo sistema de transporte chegou agora a um nível insustentável, porque o valor é alto e o caixa do GDF está com muita dificuldade.

A gente precisa ter em mente também que no Distrito Federal estudante já tem tarifa zero, pessoas com deficiência. Em alguns casos, seus acompanhantes também têm tarifa zero, e o restante dos passageiros que são os que pagam, seja com dinheiro, seja com Cartão Cidadão, seja com vale-transporte, também são subsidiados. O modelo que foi implantado na licitação de 2012 é que prevê esse subsídio.

O que se tem é que foi calculado o custo operacional e esse custo operacional foi transformado em tarifa técnica, que é o valor que cada empresa recebe para cada passageiro transportado, o que é, no Distrito Federal, superior ao preço da passagem. A diferença entre o valor da remuneração da empresa e o valor que o passageiro paga na catraca quem paga é o governo e, portanto, toda a sociedade. Esse gasto total com passe livre estudantil, com pessoas com deficiência e com o subsídio aos passageiros com a diferença da tarifa técnica para o preço da passagem chegaria esse ano a 600 milhões de reais. Isso é uma cifra bastante significativa no orçamento do Distrito Federal e ainda mais significativa, se nós considerarmos o estado de penúria em que está o GDF. Mas também é importante ter em mente que os benefícios, as gratuidades, ou seja, a tarifa zero para estudante e a tarifa zero para pessoas com deficiência continuam mantidos. Esse benefício é assegurado por lei e continua mantido.

Com relação ao percentual de reajuste, foi diferente para cada faixa tarifária, Deputado Chico Leite – boa tarde –, mas ele tem uma média. Essa média não é só somar e dividir por quatro. É uma média que precisa ser ponderada com a quantidade de passageiros que utiliza cada uma das faixas tarifárias. Antes do reajuste, o valor médio da passagem era R\$2,40 (dois reais e quarenta centavos). Agora o valor médio dessa passagem é de R\$3,40 (três reais e quarenta centavos). Isso significa um reajuste médio de 40%. Portanto, nós estamos falando de um reajuste da passagem no percentual de 40%. Ora, se nós queremos saber se esse é um percentual alto ou baixo, nós temos que comparar com os índices inflacionários. Aí nós temos salários de rodoviários subindo 141%, óleo diesel subindo 51%, inflação subindo mais de 70%. E nós precisamos comparar também com os reajustes que foram dados nas demais capitais nesse mesmo período. Para não me equivocar nos valores, eu vou consultar aqui – vou pegar as maiores capitais. Nós temos Brasília com 40%, São Paulo com 52%, Belo Horizonte com 68%, Porto Alegre e Salvador com 76%, Rio de Janeiro com 79%, Curitiba e Goiânia com 83%. Ao longo do período em que a tarifa usuário, ou seja, a passagem no Distrito Federal esteve congelada, nós tivemos reajustes muito superiores nas demais capitais do País.

É importante a gente ter em mente mais duas coisas. Primeiro, o novo valor da passagem não cobre todos os custos. O Estado continua pagando uma parte significativa do transporte coletivo – o Estado, portanto, a sociedade como um todo. O que nós consideramos foi que, segundo a legislação, quem tem que custear o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

sistema de transporte... e nós não podemos cair na ilusão de que ele é um serviço gratuito, porque não é. Ele tem um custo e esse custo precisa ser remunerado. Isso precisa ser pago. A legislação prevê que quem paga esse custo são os beneficiários diretos – aquela pessoa que entra no ônibus e paga – e os beneficiários indiretos, que é o restante da sociedade. O restante da sociedade se beneficia da existência de um transporte coletivo. Se hoje o nosso trânsito é um caos, nós teríamos um trânsito muito pior, se não existisse o sistema de transporte coletivo. Então, toda a sociedade se beneficia dessa existência, e a lei prevê que toda a sociedade também pague uma parte do sistema.

Estamos discutindo qual é a divisão desse custo: quanto o usuário paga e quanto o restante da sociedade paga. Neste momento, chegamos a um percentual em que a sociedade paga entre 50% e 55% do sistema, e nós o consideramos um percentual alto. É preciso readequar essa balança e passar uma parte desse custo para os usuários diretos, ou seja, para as pessoas que usam o sistema de transporte. As pessoas que são beneficiárias diretas pagam mais pelo serviço que utilizam diretamente, do que o conjunto da sociedade.

Não podemos esquecer, mais uma vez, que o transporte coletivo não é gratuito. Quando se fala que o estudante tem passe livre, alguém está pagando. No caso do Distrito Federal, esse alguém é o Estado. Portanto, a sociedade. Quando se fala que a pessoa com deficiência tem passe livre, esse passe livre está sendo pago por alguém, e esse alguém é o Estado, esse alguém é a sociedade.

Se fôssemos fazer com que aquelas pessoas que pagam pelo transporte pagassem o custo todo – uma pessoa que entra no ônibus está pagando a passagem dela, uma parte da passagem do estudante e uma parte da passagem da pessoa com deficiência –, esse aumento seria muito maior. A tarifa que está passando de R\$3,00 (três reais) para R\$4,00 (quatro reais), nessa sistemática, deveria ser de R\$6,70 (seis reais e setenta centavos). É isso que não queremos que aconteça. Consideramos que a sociedade tem que arcar com uma parte do custo, para que a tarifa não precise chegar a R\$6,70 (seis reais e setenta centavos). Consideramos neste momento que esses reajustes, apesar de insuficientes para custear todo o sistema, são o mínimo necessário para dar algum fôlego ao caixa do Distrito Federal.

Uma última observação: esses reajustes não estão sendo feitos para fazer caixa para o governo. Esse dinheiro não vai entrar no caixa do governo. O que vai acontecer é que ele vai deixar de sair. O sistema continua sendo custeado pelo Estado, só que o valor que o Estado e a sociedade vão pagar é um valor menor do que pagariam se não houvesse esse reajuste.

Deputado, são essas as minhas considerações iniciais. Mais uma vez, estou muito satisfeito de estar aqui discutindo esse tema, trazendo informação em mais esse fórum de discussão, esse fórum privilegiado, a Casa do povo no Distrito Federal. Coloco-me inteiramente à disposição para responder as perguntas.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Secretário. Anuncio a presença do Deputado Chico Leite; do Deputado Wellington Luiz; do Deputado Bispo Renato Andrade, Terceiro-Secretário da Câmara; do Deputado Wasny de Roure e do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma manifestação inicial. As autoridades presentes, os representantes das entidades sociais, certamente vão fazer aquele debate de conteúdo e vão poder dar esclarecimentos, fazer um confronto de contas, de dados, um debate de prioridades. Se V.Exa. permitir um questionamento inicial, eu gostaria de fazê-lo, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pois não, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado.

Sr. Presidente, primeiro parabênz V.Exa. por esta iniciativa, que consagra um debate que fazemos aqui nesta Casa, não apenas desde os aumentos anunciados, mas também com o debate proposto na terça-feira acerca do tema que vou tratar agora.

Sr. Secretário de Mobilidade, seja bem-vindo entre nós, bem como as demais autoridades e representantes das entidades da sociedade civil.

Permitam-me tratar da tarifa técnica, da abstrata e complexa tarifa técnica. Alguns dizem que essa equação é de difícil compreensão, para que ninguém a entenda. Eu me acostumei, nesse caminho de lutas, a compreender que toda vez que algo é muito difícil de ser compreendido é porque tem alguém ganhando muito e ganhando de maneira pouco republicana.

Nós sabemos que há muito tempo não temos o aumento dessa tarifa na ponta, mas todo ano, circunstância após circunstância, essa malfadada tarifa técnica é aumentada num ponto tal, que – se fôssemos fazer uma avaliação do último repasse para o consumidor final, o usuário, em 2006 – os nobres Deputados Agaciel Maia e Raimundo Ribeiro sugeriram no debate de ontem e de anteontem que ela poderia ter sido multiplicada em seis vezes.

Eu preciso indagar às autoridades como fazemos uma relação entre essa tal tarifa técnica, que é aquela paga às empresas, e a qualidade desse serviço. A qualidade do serviço só tem piorado. A tarifa técnica aumenta, e a qualidade do serviço cai. Nós temos fiscalização suficiente para o sistema? Qual o volume de multas aplicadas a essas empresas?

Nós vemos perderem fundamentalmente o usuário, os trabalhadores, porém não vemos perderem as empresas. (Palmas.) Será que essa fiscalização, pelas dificuldades de recursos humanos e material, ou pela omissão, ou pela falta de organização, não está sendo tolerante com essas empresas? A empresa estaciona



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

ônibus em área pública. Isso é descontado da tarifa técnica? É uma pergunta entre muitas. Nós examinamos a idade real desses ônibus? Temos estrutura suficiente para fazer essa avaliação?

Toda hora, todos os dias, Deputado Ricardo Vale, a gente escuta alguém – eu sei que V.Exa. também escuta – reclamando do atraso dos ônibus. Isso é apontado nos relatórios de fiscalização? Então, nós precisamos abrir essa caixa preta da tarifa técnica. Eu até anuncio, Sr. Presidente, em parceria com V.Exa., que tem debatido esse tema aqui na Casa com bastante protagonismo, que nós precisamos fazer um requerimento específico para que a Secretaria detalhe. Nós precisamos abrir essa caixa preta, como já fizemos outrora com as contas do Fundo Constitucional e com outras contas.

A partir de agora, nós precisamos fazer um debate sincero, franco, para saber quem está ganhando, se o usuário perde tanto. O governo, evidentemente, tem que custear, e aí é o trabalhador – mesmo não usuário – que custeia isso. Calcula-se em torno de 600 milhões de subsídios. Então, há alguém ganhando com isso.

Eu vejo trabalhadores, contribuintes, o Estado com sua representação, os servidores públicos, e vejo principalmente usuários. Esse pacote, sinceramente, apesar de todas as justificativas, é perverso com os usuários do transporte coletivo. Todo mundo poderia pagar a conta, menos esse usuário.

Sr. Presidente, a par desses questionamentos – trago agora oralmente, mas depois farei seguir um requerimento por escrito para que tenhamos uma audiência ou um debate para esclarecimento específico sobre esse tema –, para contribuir com esta comissão geral, em que V.Exa. laborou tão bem, eu queria dizer que sou a favor da tarifa zero. Lutarei o resto da minha vida por isso, porque entendo que isso não é investimento, não é custo. Nós precisamos tomar essa atitude em forma de prioridade. É difícil? É, muito difícil. Não há nada fácil. Quem quiser algo fácil saia da política, saia do debate que o agente público é obrigado a fazer.

Essa é a nossa posição, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Vou passar a palavra agora para o membro do movimento Passe Livre, o Paique Duques, porque ele está com um probleminha de agenda.

SR. PAIQUE DUQUES – Boa tarde a todos e todas, com exceção do Governo do Distrito Federal, que tem propiciado a todos nós usuários de transporte coletivo prejuízo nas nossas vidas em todas as esferas. Então, não tem motivo para ser ameno com um tipo de governo desse.

Eu sou professor universitário no momento. Vou dar aula em Planaltina às 7h e vou de ônibus. Por isso, vou ter que me ausentar um pouco antes do fim da sessão. Eu gostaria de convidar o Secretário a pegar ônibus comigo para ver se eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

mereço o nome de beneficiário do sistema, porque eu não sou beneficiário, não, eu sou prejudicado por esse sistema. Sou bastante prejudicado por esse sistema. Somos prejudicados por ele constantemente.

Então, eu queria apresentar algumas questões que nós do movimento temos. Antes da introdução, eu gostaria de dizer que consigo vislumbrar, consigo ver que a tarifa está se aproximando do penhasco, ela está tomando umas quedas e possivelmente ela cairá na próxima semana. Talvez dure duas, três semanas, mas ela está bem perto da queda, ao contrário do que esse governo afirma.

Gente, vamos pensar primeiro do ponto de vista geral. O que está acontecendo no GDF. O Estado tem uma dívida? Todos podemos dizer que sim. A arrecadação diminuiu. Ainda existe uma questão de aumento dos direitos dos trabalhadores, não aumento de gasto. Existe uma dívida. Esse governo está transformando uma dívida numa crise e se aproveitando dessa crise que ele inventa para aplicar reformas que não são de momento, reformas estruturais do Estado para retirar direito dos trabalhadores e dar direito para a parte mais rica da população. É isso que está acontecendo. Está prejudicando a nós trabalhadores para dar dinheiro para a parte mais rica da população, fazendo todas as tributações regressivas possíveis, ou seja, toda tributação que tira dinheiro de pobre para dar para rico.

Essa é a fórmula da luta que a gente está vivenciando hoje, que esse governo está realizando com esse trololó técnico. Está enfrentando as mobilizações, vai enfrentar e vai ser derrotado, porque nós já derrotamos o neoliberalismo algumas vezes na história e dessa vez não vai ser diferente.

O Governo do DF teve ainda a cara de pau, a canalhice de anunciar o aumento de tarifa no mesmo dia em que o transporte foi implementado na Constituição como direito essencial. É uma cara de pau, uma canalhice, é um absurdo o governo ter a coragem de vir com trololó técnico para justificar por que ele está retirando um direito da enorme parte da população, porque tem gente que não consegue pagar 3 reais e que vai passar a pagar 4 reais. Ele está tirando esse direito no dia em que esse direito foi implementado na Constituição. É uma canalhice! Não tem outro nome para isso. Eu fiquei perguntando primeiro se eles tinham coração, mas acho que não cabe a questão.

Quanto aos nossos argumentos, nós tínhamos quatro argumentos rápidos a apresentar e algumas respostas.

O que esse governo está fazendo é inventando uma crise econômica ou ampliando uma crise econômica e, como remédio a ela, está criando uma crise social. Aumentar tarifa é aumentar o desemprego. Então, não adianta dizer que o salário dos rodoviários aumentou e que, por isso, tem que se aumentar a tarifa, porque, quando você aumenta a tarifa, você leva a zero o salário de muitas pessoas, que vão ser demitidas, porque os patrões não vão pagar mais os seus salários. Não tem sentido você justificar um aumento de salário para a redução a zero de outro. Você está criando uma crise social.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

Aumento de tarifa é o fim do lazer de muitas famílias, que não poderão circular nos finais de semana. Por não poderem circular, elas não poderão... Mesmo que consigam chegar, vão ter que pagar mais caro para ir ao Zoológico, para almoçar. Então, essa troca da crise econômica pela crise social é uma fórmula assassina, perversa e cruel desse governo.

A criminalidade aumenta no DF com o aumento da tarifa. Quem não percebe isso? Então, o governo está retirando o dinheiro das outras secretarias para jogar para a Secretaria de Segurança, para ela manter o extermínio da juventude negra, para manter o extermínio dos meus irmãos. E é um governo mentiroso, porque o Rollemberg falou durante a campanha que ia baixar a tarifa e o Carlos Tomé, em janeiro, afirmou que só ia mexer na tarifa quando ele colocasse as planilhas em público, fosse realizada uma auditoria e a população decidisse o valor da tarifa. Ele reafirmou isso em abril, reafirmou isso no começo de julho e, em setembro, aumentou a tarifa com trololó técnico. O senhor mente publicamente, porque não cumpre as demandas institucionais que o senhor mesmo cria. Ninguém pediu, ninguém falou, imediatamente no começo do seu governo, que o senhor deveria abrir as planilhas e dialogar com toda a população sobre o valor da tarifa. Foi uma iniciativa sua. Nós não tínhamos tido qualquer interlocução, quando o senhor apresentou essa fórmula. Então, se o senhor a apresentou, que a cumpra. Se o senhor não a está cumprindo, então cremos aí que este governo se vinculou a um ciclo histórico do DF, que é o governo servir para o lucro dos empresários de transporte. Essa é uma questão que quero que me seja respondida.

É curioso que está tendo uma CPI aqui. Hoje de manhã, houve a CPI do Transporte e também foi feita uma auditoria pelo Tribunal de Contas – em 2014, foi feita uma e, em 2015, foi feita outra. Todas essas auditorias são uníssonas em dizer que não existe hoje capacidade técnica, capacidade operacional nem metodologia para se saber quanto é gasto com cada coisa do transporte coletivo.

Existe uma pandora aí, existe uma caixa preta, porque ninguém sabe quanto entra e quanto sai do transporte coletivo. Nós somos usuários e sabemos que passa um ônibus quando era para passarem dois. Isso não é fiscalizado. Então, a planilha de custos do transporte coletivo não tem como ser mensurada, ou seja, esse aumento está se baseando em dados irreais. Você consegue entender quando há um sofisma, quando alguém está mentindo, quando a pessoa só apresenta a conclusão e não apresenta o raciocínio. Só foram apresentadas conclusões: tarifa técnica é R\$6,70, não sei o quê, blá-blá-blá. O raciocínio não foi apresentado. Se esse raciocínio não foi apresentado depois de oito meses de governo, como é que nós podemos crer nisso? Então, tem uma coisa muito estranha acontecendo aí.

A terceira questão é a seguinte: as tarifas aumentam desde 2006, só que elas aumentam por meio de subsídio. Os empresários não estão em déficit, eles não estão perdendo dinheiro. Se estivessem perdendo dinheiro, não estariam concorrendo ao serviço; se estivessem perdendo dinheiro, teriam feito paralisações, teriam vindo a público para demandar; se estivessem perdendo dinheiro, eles teriam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

saído do serviço que ganharam recentemente na licitação. Não existe usuário filantrópico no DF. Esses empresários estão ganhando muito dinheiro. Nós não sabemos mensurar quanto é. Essa tarifa pública, a tarifa usuário e a tarifa técnica, essa diferença entre elas, a gente não consegue mensurar bem pelos motivos que a gente já colocou aqui. E, mais que isso, esse subsídio é o que garante o funcionamento do serviço, é o que garante que uma crise social não se instale no DF. Para além disso, esse aumento de tarifa tem algumas coisas estranhas, porque ele aumenta o próprio subsídio que o governo dá para as empresas. Se você aumenta a passagem – e, no caso do estudante com passe livre, ele tem a passagem –, o governo vai ter que pagar mais dinheiro para as empresas também em subsídio. Por isso, imagino que ele anuncia que o passe livre ainda é um direito porque está na mira dos próximos direitos que ele buscará retirar.

Mais uma questão: as outras cidades que aumentaram a tarifa não aumentaram o subsídio, elas não modificaram a fórmula de funcionamento da tarifa. Então, se elas não aumentaram a fórmula de funcionamento da tarifa, é claro que o aumento delas vai funcionar em outra dimensão. O aumento da tarifa no DF, a gente tem que mensurar pelo aumento da tarifa total, não só da tarifa pública. A tarifa pública não aumenta, mas a tarifa técnica aumenta.

Então, o preço da passagem hoje no DF é mais caro do que o do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de Curitiba, porque são R\$3,70 (três reais e setenta centavos), R\$4,70 (quatro reais e setenta centavos). São valores maiores do que dessas outras cidades. Então, a tarifa aqui já aumentou muito, mas aumentou por meio de subsídios.

O senhor fala de novo de uma forma sofismática, está mentindo novamente, porque a tarifa aqui já aumentou muito. O senhor está repassando esse aumento para a sociedade, que é o aumento que conquistamos que seja pago pelo conjunto da população.

Sendo assim, o governo não cumpriu com a sua palavra, está descumprindo uma determinação constitucional e apresenta dados que não são consistentes. Esse aumento tem de ser revogado. Uma crise social está sendo instalada. Fundamentalmente, esse aumento tem de ser revogado. Recomendo à Secretaria de Mobilidade ou ao Governo do Distrito Federal revogar esse aumento, tornar pública a tarifa de transporte e cumprir sua promessa de governo de dialogar com toda a população sobre o valor da tarifa e de onde vai sair esse recurso.

Não falamos que educação é gratuita porque não tem gasto, falamos que a é gratuita porque não pagamos quando entramos na escola. Agora, todo mundo sabe que, quando se paga imposto, está-se pagando para a educação funcionar. É por isto que lutamos pela educação de qualidade: porque pagamos imposto. Então, não seja estúpido ao dizer que transporte não é gratuito. É óbvio que não é gratuito. O transporte tem de ser pago pelos impostos da população mais rica. A nossa proposta é muito simples: em vez de o transporte ser pago pelas classes C, D e E, que é a população mais pobre, como está sendo feito por meio do aumento da passagem,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

ele tem que ser pago pela classe A. É simples. Por quê? Porque, se não houver transporte, a classe A não funciona. Por isso o transporte tem de ser pago pelos impostos da parcela mais rica da população. Não é gratuito. Quem vai mudar é quem vai pagar. Não venham com estupidez aqui, com toda a população ouvindo, como uma série de Parlamentares. Sejam sérios, pelo amor de Deus.

Por fim, a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem de aprovar imediatamente uma moção contra o aumento da passagem, tem de colocar em votação algum projeto que possa sustar esse aumento da tarifa e, além disso, debater o projeto de tarifa zero, apresentado por nós há algum tempo, com o conjunto da sociedade; apresentando o projeto em debate, realizando audiências, e fazendo com que a classe A pague pelo transporte, o usuário e o trabalhador decidam pelo funcionamento do serviço, os técnicos auxiliem nas informações, para que a população compreenda como funciona o sistema, e tenhamos o transporte como direito de fato, assim como é a saúde, a educação e o saneamento.

Uma última coisa: sexta-feira, às 18h, faremos uma manifestação na Rodoviária, mais uma manifestação para que a tarifa caia. Ela já está caindo e esperamos que o governo não repita o que fez, colocando a polícia para bater em manifestantes que lutam pelos seus direitos. Foram cenas lamentáveis.

Convido todos os Parlamentares a estarem presentes, bem como os Direitos Humanos, e espero que não tenhamos nosso direito recebido com *spray* de pimenta, cassetete, tentativa de detenção e espancamento.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer duas observações: a primeira é relativa à manifestação do companheiro para ver se faríamos uma moção dos Parlamentares. Não sei se V.Exa. já providenciou isso. V.Exa. tem protagonizado essa luta aqui, encabeçada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, contra as atitudes do governo em relação a esse momento. Creio que é muito importante que todos os Parlamentares combinemos e fechemos em torno disso.

A segunda observação é de que a proposta de um decreto legislativo que susta o aumento das passagens – já vi que há assinaturas de colegas e eu mesmo vou assinar – é apenas uma forma de protesto político, porque, do ponto de vista legislativo, não cabe. Só cabe decreto legislativo – é bom que as pessoas saibam, para não termos esse risco da expectativa – para sustar ato administrativo que regulamenta lei, o que não é o caso. Então, não cabe, segundo a Lei Orgânica. Mas é importante que o façamos – quero parabenizar V.Exa. e a nossa bancada pela iniciativa –, para, em uma forma política, mostrar que a Câmara Legislativa contesta e não admite esse aumento perverso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Diretor Geral do DFTrans, Sr. Léo Carlos Cruz.

SR. LÉO CARLOS CRUZ – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa por essa reunião da comissão. Acho que o Secretário, basicamente, deu as explicações e os motivos pelos quais o governo entendeu ser necessário o reajuste das tarifas do transporte público. Não sei se eu teria alguma coisa mais a acrescentar a isso, mas acho que é importante a gente entender que, primeiro, do ponto de vista do diretor-geral do DFTrans e acredito que do governo e do próprio Governador, a necessidade de aumentar a tarifa neste momento não é uma decisão fácil nem uma decisão que pretende ganhar a simpatia de todos. A gente sabe que é uma decisão antipática, mas é uma decisão necessária. Neste momento, foi uma decisão necessária.

A gente aqui está discutindo, como o próprio Secretário falou, a importância que há de se manter, nas condições atuais, no cenário atual, o sistema de transporte coletivo funcionando. A qualidade do serviço de transporte coletivo – com certeza, isto também o governo não tem a ilusão de pensar – não é a que a gente entende a mais adequada. Assim como em qualquer lugar do Brasil, o transporte coletivo ainda carece de algumas intervenções muito mais consistentes e substanciais para que se torne um transporte coletivo que represente os anseios de toda a população, de todos nós. Isso, a gente não pode esconder, nem dizer, nem garantir.

O importante – estou nessa área de transporte coletivo há algum tempo – é que, pelo menos a minha intenção, como técnico do setor e um apaixonado pelo transporte coletivo, é de cada vez mais contribuir para que isso aconteça. Não dá para estalar os dedos e isso acontecer. Isso é fato. A gente tem que construir com discussão, com debate, com transparência, o transporte coletivo que a gente espera conseguir, espera ter.

Nesse sentido, acho melhor eu não me estender mais na minha fala e aguardar os questionamentos e os debates que, porventura, existam e aconteçam.

Basicamente, acho que a minha primeira fala seria essa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Léo Cruz.

Anuncio a presença do Deputado Prof. Israel e do Deputado Lira.

Passo a palavra ao Diretor de Administração e Finanças do Sindmetro, Sr. Quintino dos Santos Souza.

SR. QUINTINO DOS SANTOS SOUZA – Boa tarde. Agradeço ao Deputado Ricardo Vale o convite e a iniciativa, porque é muito importante levantar essa discussão com a presença de todos, especialmente dos empregados e dos futuros empregados do Metrô/DF.

Eu falo – digo isto em nome de todos os metroviários – que a gente tem muito orgulho do que faz e do serviço que presta, que é um serviço para o cidadão,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

um serviço de transporte. Esse serviço é um instrumento de desenvolvimento econômico e social. É um direito social. Então, quando se fala de aumentar o custo da passagem para o cidadão, é uma coisa complexa. Na verdade, tínhamos que estar em uma discussão mais avançada, buscando meios de reduzir a tarifa e começar a pensar, para o futuro, na implantação de uma tarifa zero, a fim de que o transporte seja um direito social de verdade.

Infelizmente, Brasília hoje não é exemplo de mobilidade para ninguém. E eu digo com vergonha que o Metrô presta o melhor serviço de transporte de Brasília, porque o nosso serviço, sendo o melhor, ainda é muito ruim, porque hoje vivemos com uma enorme falta de empregados em nosso quadro, o que torna quase inviável a prestação de serviço aos usuários. A gente vive uma situação de sucateamento do sistema e agora uma situação de encarecimento da passagem.

Eu até entendo essa desculpa – porque para mim não passa de uma desculpa – de aumentar o valor para os empresários, porque os empresários cobram. Tem que se dar aos empresários, pois eles têm o esquema deles em relação a isso, mas aí, por tabela, você tem que aumentar o preço de um serviço que é oferecido pelo governo, que é o Metrô.

O sistema de transporte do Distrito Federal tem de ser todo repensado. Ele é antiquado, é ineficiente e é caro. Tem que se falar não de aumento de tarifa, mas de otimização do sistema. Você tem que falar de equipamentos mais modernos, que consomem menos. Você tem que buscar meios de reduzir o seu custo operacional, e não simplesmente onerar os trabalhadores cada vez mais, os usuários do sistema por uma incompetência administrativa.

Então, a gente propôs uma paralisação hoje. E um dos carros-chefe dessa paralisação foi exatamente a revogação desse aumento de tarifas que a gente acha absurdo. Para alguns, isso pareceu um sacrilégio: a gente que presta um serviço de transporte, que pede aumento salarial, dizer que não pode aumentar a tarifa. Pelo contrário, a gente presta um serviço social. E, como trabalhadores, temos direito aos nossos aumentos.

E isso nada tem a ver com a tarifa do transporte, porque o serviço é social. Antes de ser um serviço econômico, muito antes, ele é um serviço social. Tanto que, nas bases do Metrô, a prestação do serviço de transporte vai vir sempre antes de arrecadação, apesar de que, nessa gestão, e infelizmente em tantas outras, a gente vê o contrário: a arrecadação é colocada até mesmo à frente da segurança dos usuários.

Hoje de manhã houve estação que foi aberta com um empregado. Um empregado não dá para nada. Pensem em uma estação com 2 mil, 3 mil usuários e apenas um empregado: o que esse empregado poderá fazer em alguma ocorrência? Ele não pode fazer nada. E aí, nessa situação, é vendido como se estivesse tudo ótimo. Não, não está ótimo! Eu acredito que a gente tem que falar de redução de tarifas, e não de aumento. A gente tem que falar de benefício social e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

principalmente, tem que repensar completamente esse sistema antiquado de transporte que não combina com uma cidade como é Brasília, que não combina com o Distrito Federal.

Agradeço a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Quintino.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Ricardo Vale, eu gostaria de saber se a alternativa que V.Exa. possibilitou ao Deputado Chico Leite pode ser usada também comigo. Será que não vai dificultar a dinâmica do trabalho?

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Não vai dificultar, Deputado. Eu só tenho aqui mais dois oradores da Mesa. V.Exa. pode usar da palavra.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Estou com receio de que o Secretário de Transportes saia, e essa é uma pergunta muito dirigida a ele.

O nosso gabinete, Sr. Secretário e colegas membros da Mesa, tem se debruçado nesse processo do rápido crescimento do subsídio, não do ponto de vista do enfoque das gratuidades, que eu entendo serem absolutamente legítimas. E, nesse sentido, acho que Brasília deu um exemplo para o Brasil. Mas, como política de pagamento da diferença da tarifa técnica para o preço do usuário, parece-me, não apenas pela magnitude, mas pela inacessibilidade das informações, que falta transparência.

Eu gostaria de deixar aqui algumas considerações, três perguntas basicamente, se me permitem. Vejam bem: pelo novo modelo, a remuneração das empresas é feita com base na tarifa técnica, já dita aqui pelo próprio Deputado Chico Leite, e não nos custos operacionais padronizados como num passado recente, quando se utilizava esse método. É correto afirmar esse meu raciocínio, Secretário, do que ocorre no sistema de transporte? É isso? Essa foi a primeira pergunta.

A segunda: se for correto o que eu estou raciocinando, como eu posso saber o lucro das empresas que estão dentro do sistema? O que representa a margem de lucro previsto constitucionalmente, se esses custos não são conhecidos? Como eu vou saber, de fato, se a Secretaria tem essa informação ou se não tem? De fato, qual é a previsibilidade, qual é o cálculo, qual variável se aponta? Em função de também não serem conhecidos e também não serem padronizados de acordo com as planilhas de custo existente, como eu vou decifrar qual é, quanto representa? A sociedade tem o direito de saber qual é a lucratividade que as empresas que estão no sistema hoje possuem.

A terceira observação e pergunta ao mesmo tempo: não seria mais razoável, diante até de algumas colocações – eu saí porque havia algumas pessoas que queriam repassar assuntos de outros problemas que estamos vivendo na Casa –, rever a fórmula de remuneração pela tarifa técnica de forma a se buscar o equilíbrio,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

ou seja, encontrar-se uma saída para que nós possamos identificar o equilíbrio entre gratuidade, subsídio e lucro das empresas?

A sociedade, no meu modo de entender, tem o direito de receber essas informações. Isso é hoje algo que não temos. Inclusive uma instituição desta magnitude, que tem o papel de fiscalizar, acompanhar, que tem até uma CPI, não tem. Então não é possível que nós não possamos, suficientemente, ter informações de maneira convincente.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpas aos membros da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Wasny.

Passo a palavra à Sra. Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e membro do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Nossa Brasília, Carmela Zigoni.

SRA. CARMELA ZIGONI – Obrigada pelo convite e boa tarde a todos e todas. Eu gostaria de agradecer a todos, na pessoa do Deputado Ricardo Vale, por participarem desse debate.

Explicando qual é o meu lugar de fala, eu falo de uma ONG que já tem trinta anos de Brasília, que se chama Instituto de Estudos Socioeconômicos. Nós fazemos o monitoramento do orçamento público com foco nos direitos sociais. Então a gente monitora o orçamento socioambiental do Governo Federal, da criança e adolescente, da educação. Começamos a monitorar agora o orçamento da mobilidade urbana do DF.

Eu vou pegar o gancho do Sr. Deputado que falou. A nossa análise ficou pronta no Dia Mundial Sem Carro, ela está disponível na internet. É o orçamento temático da mobilidade urbana. Quando vocês acessarem, vão identificar que o que a gente analisou como o maior problema da mobilidade urbana no DF hoje, em termos de Orçamento do Executivo, é a falta de transparência. Existe uma verdadeira crise em relação à transparência. A gente não encontra os dados, eles não estão abertos. Para identificar as ações orçamentárias, a gente teve que contar com a boa vontade de um gestor.

Lembro que, no Brasil, a gente tem uma lei de acesso à informação que obriga todos os governos, todos os entes federados, em todos os níveis, a disponibilizar esses dados na internet, de forma aberta. A gente não consegue analisar quase nada dos dados de mobilidade que estão lá, mas existe uma lei que obriga a divulgação. Talvez seja o caso de abrir essas planilhas via Ministério Público porque a gente tem tentado, e não tem conseguido, fazer a análise orçamentária da mobilidade.

Uma segunda questão que eu queria pontuar, ainda em relação a esse estudo que a gente fez – os dados não estão abertos, não estão disponíveis –, é que a gente também não sabe o que foi efetivamente pago e o que tem de restos a pagar do governo anterior. A gente está em ano de PPA – Plano Plurianual, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

construção de um plano de políticas públicas para os próximos quatro anos, e não entende como o governo realmente chegou ao final, a essa transição, porque não há informações de recurso pago e restos a pagar na área da mobilidade urbana.

Na página da Secretaria de Estado de Fazenda há uma outra informação bastante curiosa. Em 2014, a arrecadação fechou em 19 bilhões, 333 milhões, 388 mil e alguma coisa; em 2015, a gente ainda está em setembro e a arrecadação já ultrapassou esse valor – 20 bilhões e 330 milhões. Quando você entra na página da Secretaria de Fazenda, não há o detalhamento da dívida. Então, a gente também tem tido dificuldade de compreender por que esse ajuste fiscal tão violento aqui no GDF, se a arrecadação em 2015 já superou a do ano inteiro de 2014. Isso está no *site* da Secretaria de Fazenda, no Siga Brasília, o novo sistema. (Palmas.)

Uma outra questão identificada, já em relação à execução do recurso – a gente avaliou tanto os três anos do governo anterior como este ano de 2015 –, é a prioridade, com que a gente tem de se preocupar. Dos recursos para construção de ponto de ônibus, por exemplo, não foi gasto nenhum centavo no último governo, e neste também não, ao passo que os 100 milhões destinados a propaganda e publicidade – não falo do recurso para ações educativas, que é pouquinho, é um outro recurso – foram executados ano passado, e este ano já estão com uma execução elevada. Então, com publicidade está se gastando, mas na construção de abrigos de ônibus para pessoas que pegam ônibus e estão no sol e na chuva, há zero de gasto.

A gente sabe que existe um problema de estrutura no GDF, mas essa é uma questão importantíssima que deve estar no cenário deste governo que acabou de começar, e também não está gastando com ela. Se vocês entrarem na planilha que a gente produziu, que está *on-line* – produzimos com muita dificuldade porque não havia os dados, mas um gestor, de boa vontade, nos passou alguns –, vão ver que não tem nada executado para isso, entre outras ações. As educativas também têm em média de 10% a 20% de gasto, apenas.

Não vou entrar em detalhes porque a gente está com essa questão de tempo, mas é importante vocês depois se debruçarem – principalmente esta Casa – sobre os dados que a gente levantou. Cito um, já que pessoas do Metrô estão aqui. No ano passado, a ação reforma das edificações do sistema metroviário tinha 700 mil reais de recurso – para reforma dos edifícios do Metrô. Foram gastos 511 reais. A gente até acha que tem um erro na planilha, porque esse valor de 500 reais só pode estar errado. Ou não se gastou nada ou de novo há um problema de transparência em relação a esses dados. Isso sem falar na aquisição de novos trens, que depende de outras coisas. Mas esse recurso estava lá.

Com relação às ciclovias, a gente descobriu que aquelas implementadas no último governo foram feitas com recursos já empenhados no outro governo, anterior ao de Agnelo Queiroz, e que no governo dele havia 22 milhões em recursos para as ciclovias, que não foram gastos. O novo governo também não está gastando os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

recursos para a construção de ciclovias. Na LOA, havia mais um ano disponível de recursos que não estão sendo gastos.

Eu vou terminar minha fala reforçando o que o Paique falou e o que alguns Deputados também apontaram, que é esse discurso de que é a sociedade que paga. A gente está no meio de uma discussão de reforma tributária e justiça fiscal, com campanhas fiscais se intensificando no Brasil e no mundo. O Inesc fez um estudo recentemente, que também está na nossa página, de autoria do Professor Evilásio Salvador, em que ele demonstra que as mulheres negras são quem pagam mais impostos no Brasil – as mulheres negras e pobres. Ou seja, o nosso sistema faz com que todos paguem igual, mas as pessoas não são iguais no nosso modelo de classes. Então, os pobres têm pagado mais impostos do que os ricos. (Palmas.) Portanto, não há base técnica nenhuma para o aumento da tarifa com base nesse argumento de que todos pagam as mesmas coisas de forma igual. Existem pesquisas, dados, fórmulas rigorosas que demonstram que o nosso sistema pune os mais pobres, e o aumento da tarifa só vai reforçar isso.

Com essa falta de transparência total, eu não teria como avaliar se a sua conta está correta. Eu acho que primeiro é preciso abrir as informações para depois tomar uma atitude como essa, que vai penalizar os trabalhadores.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Carmela.

Quero anunciar a presença da Deputada Liliane Roriz.

Passaremos a palavra ao Professor do Programa de Pós-graduação em Transportes da UnB, Sr. Paulo Cezar Marques da Silva.

SR. PAULO CEZAR MARQUES DA SILVA – Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas. Quero começar cumprimentando o Deputado Ricardo Vale pela iniciativa da comissão geral e agradecer o convite. Na pessoa do Deputado, cumprimento todos os convidados que estão compartilhando esta Mesa comigo. Quero cumprimentar, também, o público presente e os Deputados e Deputadas que estão participando deste evento.

Eu considero extremamente importante o evento, considero oportuno. Eu diria que é fundamental até pelo aspecto da infeliz coincidência que o Paique mencionou na fala dele, do anúncio do aumento de tarifa – eu chamaria até de tarifaço, porque não foi só a tarifa de transporte que fez parte desse aumento –, esse reajuste significativo das tarifas de transporte coletivo com a promulgação da Emenda Constitucional nº 90. Essa emenda coloca o transporte como um direito social assim como a saúde, a educação, o direito à moradia, a segurança pública, que estão elencados no artigo 6º da Constituição como direitos sociais. É, portanto, uma obrigação do Estado – uma obrigação de toda a sociedade por meio do Estado – assegurar que todas as pessoas, universalmente – não é selecionando um ou outro segmento da população –, tenham esses direitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

Quando na exata semana em que o transporte é elevado a essa categoria na Constituição, nós temos um anúncio de reajuste nas tarifas. O problema é a ótica dele. Eu não estou dizendo que as tarifas de transporte público não podem mais ser reajustadas porque agora o transporte está no artigo 6º da Constituição. Não é isso que estou dizendo. Mas eu quero me referir aos argumentos que foram elencados, que foram levantados para o anúncio do aumento das tarifas.

Isso foi noticiado, foi trazido a público quando o Governador fez o anúncio. De certa maneira, foi reproduzido, repetido aqui, tenho certeza de que, com a melhor das intenções, obedecendo mesmo à lógica legítima que preside, sendo honesto com essa lógica. Mas, Secretário Carlos Tomé, quando apresenta aqui os números e fala dos custos que subiram, da taxa de inflação, do reajuste das tarifas em outras cidades e outras capitais etc., o senhor está reproduzindo a lógica da indexação que o mundo da economia já sepultou. No Brasil, esse negócio de fazer indexação de salários, da inflação etc. Isso está sepultado! Trazer esses argumentos para reajustar as tarifas públicas acaba sendo uma forma de confirmar, reafirmar, fortalecer um modelo que, vamos combinar, nenhum de nós aqui gosta da qualidade do sistema como ele está operando, então não caberia aplicar índices de reajuste que são gerais da economia. Porque o dólar subiu, porque a inflação aumentou, porque o PIB caiu, enfim, qualquer que seja esse índice, não justifica usar isso como argumento para reajustar os valores de uma tarifa pública.

Nós temos um problema de lógica aqui que precisaríamos rever para evitar que esse momento, como eu falei, por coincidência da promulgação da Emenda Constitucional nº 90, venhamos a manter o *status quo* fazendo ajustes de valores, manter o *status quo*, esse é um problema que precisamos resolver.

Falar por último tem vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens é que a gente acaba ficando repetitivo. Eu vou pontuar alguns aspectos aqui que acho importantes, mas temo que não vá apresentar argumentos significativamente diferentes de outros que já foram apresentados aqui na Mesa e também por parte dos Deputados Chico Leite e Wasny de Roure, particularmente.

As perguntas que o Deputado Wasny de Roure apresentou aqui são as perguntas que eu gostaria de fazer. Tinha a minha cola aqui, as perguntas que eu queria fazer foram já explicitadas pelo Deputado Wasny de Roure. Então, acho que existem vantagens de falar no final. Nesse caso aqui até fortuita, porque quem ia fechar as falas era o Paique, mas ele pediu para falar antes. Quem tem menos o que apresentar... A vantagem é que damos mais tempo tanto para as respostas do governo como para as manifestações de outros membros aqui desta comissão geral.

Eu queria retomar aquele ponto do quem é que está pagando. Todo mundo sabe que o transporte não é gratuito, que não existe almoço grátis... Então está certo! A gente sabe que o transporte precisa ser pago por alguém. Nós temos a equação como ela é hoje, o pagamento tem uma parcela que é paga pelo usuário, no momento em que ele consome o serviço, em que ele usa o serviço – é o preço público, como está na Lei nº 12.587, ou a tarifa usuário, como está na legislação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

local –, e existe a parcela que é o subsídio dado pelo Estado, que, como o próprio Secretário falou, não é dado pelo Estado porque o Estado não tem dinheiro. Ele é repassado pelo Estado, mas quem está desembolsando, quem está pagando é o conjunto da sociedade, é o conjunto dos contribuintes. Concordamos com isso, não tem nada de novo nisso.

Agora, se a parcela é tão alta, digamos, inaceitavelmente alta, nas palavras da atual administração do Governo de Brasília, se é uma parcela tão alta que é paga pela sociedade, por que não é a sociedade que decide o quanto vai pagar? (Palmas.) Inclusive, se for o caso, pagar os 100%! Pagar os 100% desse custo e o usuário não ter o pagamento da tarifa, a tarifa zero. Como o Deputado Chico Leite defendeu aqui, eu também defendendo a tarifa zero, também acho que não é o caso de penalizarmos o usuário.

E aqui faço um parêntese também para discordar do termo que o Secretário Carlos Tomé usou ao falar do beneficiário. O passageiro do transporte coletivo não é beneficiário direto. Não há maneira de ser um beneficiário do sistema - com a qualidade que o sistema tem, concordando que, como é difícil para quem trabalha no Metrô, conhece as dificuldades do Metrô e tal – e admitir que o metrô é o melhor sistema que temos. Poxa vida, imagina o resto! Eu concordo com isso, acho que é... Apesar de todas as dificuldades, acho que o metrô de Brasília funciona. Com todas as dificuldades, funciona num padrão bem acima do que é o sistema ônibus. Isso é verdade!

Eu acho que quem é beneficiário do sistema de transporte público é quem não usa o sistema de transporte público. É quem não usa! Porque o transporte público existe, tem menos gente usando carro; porque o transporte público existe, é possível que os servidores de pior remuneração cheguem ao seu ambiente de trabalho. É possível que ele consuma o que a economia produz, cultura etc. É por isso que o benefício é o direto, não é o indireto. O benefício direto do sistema de transporte não está nos usuários. O usuário acaba sendo penalizado por ter que usar um sistema que é ruim, que não atende as necessidades, as conveniências e, às vezes, nem os itens de segurança a que as pessoas tem direito. Então, acho que não está correto falar em beneficiários, que sejam os usuários, mas é uma terminologia que a gente precisa rever. E não é mera retórica! É porque a gente acaba reproduzindo um discurso, levando para o conjunto da sociedade, para os formadores de opinião, uma imagem de que as pessoas são privilegiadas porque usam esse sistema de transporte sem ter que pagar pelo custo integral desse sistema. Mas não é. Está errada essa concepção.

Voltando ao o que eu estava falando, acho que, se a gente tem uma conta tão alta e que é paga pelo conjunto da sociedade, o mais justo é que o conjunto da sociedade decida o quanto está disposto a pagar e com que qualidade quer que o serviço seja oferecido. Isso passa pela pergunta do Deputado Wasny de Roure. Quanto custa o sistema? Quais são os custos de operação do sistema ônibus? Nós não sabemos! O governo não sabe! Não acho que existe má-fé por parte do governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

de não ter conhecimento. É uma dificuldade que o governo tem e é um acúmulo de situações, de desmantelamento dos órgãos gestores, de administração atrás de administração, vamos tendo essa relação um tanto promíscua entre os operadores, os taxadores do serviço e os políticos que, em grande parte, têm suas campanhas eleitorais financiadas pelos operadores, pelos prestadores de serviço. É um acúmulo de coisas que hoje é uma caixa-preta.

O sistema como foi licitado permite que toda viagem de cada ônibus seja monitorada. A gente sabe exatamente onde o ônibus está. Se parou ou não em cada parada. Inclusive, se quiser fazer a telemetria para saber quantas vezes a catraca está rodando ali, quantos passageiros passaram, até isso pode ser monitorado, porque a tecnologia embarcada nos veículos... Isso foi exigido no processo licitatório. No entanto, o Estado não se preparou para tomar conta, para se apropriar dessas informações e poder responder as perguntas do Deputado Wasny de Roure sobre o quanto custa. Isso é necessário.

Antes de mais nada, eu diria que o que precisamos é conhecer esses custos. Sabendo quanto custa operar esse sistema, aí sim, deveríamos discutir quem é que vai pagar essa conta e como é que se vai pagar essa conta, que é a segunda questão – não nessa ordem que o Deputado apresentou, mas essa é a segunda questão que eu também queria colocar.

Não faz o menor sentido associar a tarifa de remuneração para o prestador de serviços ao número de passageiros transportados. Eu vim de carro aqui para a Câmara Legislativa hoje. Se eu resolver deixar o meu carro aqui e pegar um ônibus para a universidade, que é para onde eu vou depois, eu seria um passageiro a mais fora das previsões, porque não vim de ônibus. O fato de eu subir num ônibus daqui para a UnB não significa um centavo de custo a mais para o operador. Não significa, porque isso não representa custo.

O que custa para o operador é a viagem que ele está fazendo, é o combustível que está consumindo naquela viagem; e o número de paradas afetará o custo desse combustível, pelo consumo, isso é verdade. Se ele vai fazer uma parada a mais, isso poderia até aumentar com esse passageiro, mas não é o caso por ficar um pouquinho a mais de tempo parado em cada uma das paradas.

A remuneração da força de trabalho, como os rodoviários, é um custo fixo. Outras intervenções poderia haver e certamente ter reduzido muito os custos. Já há outras intervenções que têm pouco a ver com a operação de cada veículo internamente; eu cito, por exemplo, a implantação de faixas exclusivas de ônibus. A conta como foi feita, a base do cálculo da tarifa técnica de remuneração... esse cálculo foi feito antes da implantação das faixas exclusivas. Isso virou o custo de passageiro transportado, é essa a unidade do custo. Faixas exclusivas para ônibus significam a redução do tempo de viagem dos ônibus nos corredores que as têm. Um mesmo ônibus, um mesmo veículo, pode fazer mais viagens durante um dia, porque o tempo de cada viagem está sendo reduzido. Isso significa aumentar a oferta, melhorar a qualidade do que está sendo feito, reduzindo os custos no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

engarramento, no congestionamento. Eu quero crer que isso não voltou para ser recalculado nas planilhas. Eu não vi, em nenhum momento, a revisão desses custos por conta do benefício que foi dado pelo Estado, pelo governo que criou a facilidade, a prioridade na circulação; e isso não foi feito na revisão do cálculo dos custos. Então, a gente precisa mesmo tomar conhecimento do que significam esses custos, para saber quem deve pagar e como pagar, com que parcela a sociedade vai arcar.

Como eu estava dizendo, eu tinha outros pontos aqui para levantar que já foram abordados pelos meus colegas. Eu não vou me estender para permitir que o debate continue, mas acho que a gente precisa que dois pontos sejam tratados antes de qualquer coisa. Um, auditar os custos, auditar as planilhas, precisamos tomar conhecimento disso. Precisamos saber isso. Isso tem de ser público, conforme uma lei federal. A Lei nº 12.587, promulgada em janeiro de 2012, obriga que os custos operacionais sejam de conhecimento público.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Repita o número da lei.

SR. PAULO CEZAR MARQUES – Lei nº 12.587, de 2012. É a lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O segundo aspecto, que também é uma tarefa urgente – aliás, eu já tinha ouvido do próprio Secretário e do Governador Rollemberg a constatação de que essa tarefa era uma necessidade que estava na agenda e precisava ser, de fato, executada –, é a revisão do modelo de remuneração do sistema. Isso, obviamente, passa por uma repactuação de contratos, não é uma coisa simples. Existem contratos assinados que precisam ser repactuados, mas há justificativa suficiente para que essa revisão seja feita a partir do conhecimento dos custos e que a remuneração passe a ser feita pelos gastos que, de fato, os operadores têm; e não pelos números de passageiros transportados.

Obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, professor Paulo Cezar, professor da UnB.

Quero registrar a presença do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Rafael Prudente e do Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra, agora, ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputado Ricardo Vale, primeiro, eu quero cumprimentar a todos na pessoa de V.Exa. e, ao mesmo tempo que o cumprimento, parabeno-o pela iniciativa. V.Exa. está fazendo o que o governo deveria ter feito: antes de tomar qualquer atitude que onera a sociedade é necessário que se faça uma discussão, até porque da discussão se gera a construção. Quando a gente constrói, é diferente. As pessoas não se sentem vítimas de determinadas atitudes porque não as compreendem.

Eu anuncio aqui – nós estávamos na CPI dos Transportes, na parte da manhã – que os cinco membros da CPI fizeram uma moção que será encaminhada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

ao governo repudiando esse reajuste da forma como foi concedido. Mas isso só tem um efeito político. Eu acho que a gente precisa discutir numa amplitude maior.

A gente verifica que a sociedade sempre é a primeira a ser chamada quando há uma crise. E a crise é dos dois lados. Nós estamos aqui na frente do Palácio do Buriti, o governo chegando à conclusão que se deve onerar o contribuinte. Lá no Palácio do Planalto estão fazendo um negócio horroroso. Estão até querendo recriar a CPMF. Quer dizer, são as coisas mais estapafúrdias. O sujeito que, para ser governante, achar que a solução é meter a mão no bolso do contribuinte não precisa ser governante. Isso aí qualquer pessoa chega à mesma conclusão. Se há uma conta que precisa ser paga e a solução é sempre essa, então pode-se colocar qualquer pessoa no lugar que qualquer pessoa chega à mesma conclusão. O que nos distingue, o que nos faz ocupar determinadas funções públicas é a esperança de que nós possamos encontrar soluções criativas para esse tipo de problema que acontece às vezes. Nós estamos numa crise, sabemos a origem, não vamos discutir isso aqui agora. Mas precisamos encontrar soluções que não essas que foram apresentadas, porque essas sempre caem no bolso da sociedade, que é – e é sempre bom lembrar isso – a razão de ser de qualquer governo. O governo só existe para servir. Nós temos uma figura chamada Estado que dispõe de uma estrutura, de um aparelho chamado máquina administrativa para fazer a satisfação dos interesses coletivos. Basicamente é isso. De repente, quando vem a primeira crise, qual é a solução? Ah, a solução é meter a mão no bolso do contribuinte e dizer que ele que vai pagar a conta. Mas espera aí! Nós estamos pagando há muito tempo. Nós pagamos 40% aproximadamente. Essa é a carga tributária que nós temos para poder sustentar uma máquina que precisa inclusive ser revista.

Primeiro: essa máquina funciona? Ela tem que ser revista. Ela não funciona. O nosso sistema de saúde é um horror. Antigamente todo mundo dizia que ela estava na UTI. Já está no cemitério! Nós temos gente morrendo na porta dos hospitais. Do sistema educacional nem se fala. No sistema de transporte, na mudança que foi proposta em 2012, a alegação era de que era imprestável o serviço. O serviço continua imprestável, só que nós estamos pagando cinco vezes mais. Agora a gente vem querer aumentar a passagem? Realmente não faz sentido. Mas não basta a gente apenas dar esse diagnóstico. É necessário a gente apresentar soluções.

Na terça-feira, eu ocupei essa tribuna, Secretário, para dizer o seguinte: há na Secretaria de V.Exa. um parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, se aplicado, economiza 5 milhões/mês só nessa área de transporte, que se refere à questão da gratuidade. E mais ainda: além de 5 milhões/mês de economia, nós podemos reaver o que foi pago indevidamente. E ao que foi pago indevidamente, a assessoria técnica da CPI, muito competente, fez um levantamento referente ao ano de 2014 e ao ano de 2015, até junho. Em 2014, nós pagamos a mais 32 milhões de reais. Em 2015, nós pagamos 30 milhões só em seis meses. O que faz, Deputado Ricardo Vale, cair por terra até mesmo a propaganda que está sendo veiculada, quando se diz: não houve aumento de passagem. Pessoal, toda meia verdade é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

também uma meia mentira. Houve aumento de passagem, sim, porque a passagem não se perfaz apenas no valor que se paga na catraca. A tarifa técnica inclui isso também. Se a tarifa técnica inclui isso, se em 2010 nós pagávamos 10 milhões de reais e agora estamos pagando 60 milhões, é evidente que houve um aumento de pelo menos seis vezes. Essas coisas só surgem, só aparecem se a gente propicia esse tipo de debate. Por isso eu comecei, inclusive, parabenizando o Deputado Ricardo Vale.

Outra coisa é a publicidade nos veículos. O senhor esteve aqui conosco e disse que, até agora, não conseguimos arrecadar nada, não conseguimos cobrar, ou alguma coisa assim. Ora, meu Deus, passaram-se nove meses, tem-se que parir essa criança! Nós temos que cobrar, porque a publicidade eu estou vendo. Não ando de ônibus, ando de carro e vejo que atrás de todo ônibus que passa na minha frente está lá a propaganda. Não estamos cobrando por quê? Que bondade é essa?

Nós somos muito ágeis. Por exemplo, fomos extremamente ágeis em permitir que o ex-Governador Agnelo fosse cedido para a área federal, com o GDF pagando o salário. Pior: já descobrimos – Deputado Wasny de Roure, parece-me que isso foi alvo de crítica do Deputado Chico Vigilante – que o ex-Governador Agnelo, dia 29 de dezembro, faltando dois dias para acabar seu mandato, aumentou a carga horária dele de vinte para quarenta horas. Isso é atitude de. Eu pergunto: qual a providência que o Executivo tomou? A primeira providência que tem de ser tomada é rever o ato de imediato. Isso é liminar.

O senhor esteve conosco lá na CPI e, na ocasião, disse que havia, parece-me, mil e poucas gratuidades que não se confirmaram. Havia suspeita de algum tipo de fraude. Eu sugeri que não se ficasse investigando, não. Chame a polícia, coloque a polícia lá dentro, essa é a providência. Não podemos mais ficar esperando, nosso mandato está acabando. No dia 1º de janeiro, era de quatro anos. Agora, é de três anos e dois meses. Se não fizermos nada, e depois quisermos apresentar justificativa, a sentença das urnas é irreversível. A gente precisa fazer alguma coisa, tomar a providência devida de imediato. E não venham me alegar burocracia, porque a burocracia sempre vai existir.

Aliás, nós temos hoje, lamentavelmente, na administração pública algumas pessoas que são especialistas em tentar convencer de que nada dá para fazer. Essas pessoas precisam ser alijadas imediatamente. Por quê? Essas pessoas não têm comprometimento. Qual é o fato concreto? Secretário, é possível, sim, evitar qualquer tipo de reajuste de tarifa. Cinco milhões eu já aponte para o senhor, a publicidade também. Não sei quanto vai dar. Por exemplo, economizar esse dinheiro que o Agnelo está levando é mixaria, mas uma mixaria com outra – se somar tudo – dá uma soma razoável, não é?

É preciso que tenham atitude, que resolvam as coisas. Não adianta ficar explicando por que não faz. O senhor perde seu tempo, e o meu. Precisamos realmente de uma solução imediata. Há uma proposta do Deputado Ricardo Vale – o assessor me pediu para assinar – no sentido de fazer um decreto legislativo que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

suste o aumento da passagem. Eu pedi que não me fosse apresentado agora, exatamente porque eu vinha a esta audiência propor ao governo, através do Secretário, que voltasse a discutir logo essa questão, para resolver. O que o Deputado Ricardo Vale quer quando propõe isso é que possamos discutir, na verdade. É o que nós queremos.

A Câmara Legislativa, apesar de no início do governo ter sido demonizada pelo governo todo, tem sua importância não pelas pessoas, mas pela função institucional dela: fiscalizar o governo. Eu, por exemplo, faço parte da base aliada do governo. Eu não faço parte é da base alugada. A alugada é aquela que vota: "sim, senhor; sim, senhor". Comigo não é assim. Se eu não estiver convencido, não voto.

Proponho ao Secretário que nos dê uma resposta o quanto antes com relação à questão dos 5 milhões, com relação à publicidade, a que horas vai começar a cobrança, quando vai começar a ser recebido. Com isso, se ainda sobrar alguma necessidade de ter que onerar alguém, vamos escolher quem vamos onerar. Por exemplo, nós sabemos que os empresários do transporte coletivo construíram suas fortunas com o transporte coletivo do Distrito Federal. Eles não serão chamados a contribuir nesse momento de dificuldade? (Palmas.)

Proponho que se reduza em 50% os repasses que estão sendo feitos. Por quê? Eles precisam entender que estão se beneficiando dessa série de equívocos que estão sendo cometidos ao longo do tempo. Na CPI, chegamos à conclusão de que – não pela mudança em si – o sistema que foi implantado é incompreensível. Exatamente pelo fato de ser incompreensível, tem alguém ganhando dinheiro com essa história, e não é o passageiro. O serviço continua imprestável como era, e agora numa condição pior, porque é muito mais caro.

Nossa proposta, Secretário, é que se faça de imediato uma auditoria com prazo fixado. A auditoria não precisa de muito tempo, não. Em trinta dias, trabalhando *full time*, consegue-se apresentar o resultado. E que se possa verificar realmente se esse parecer que está desde o mês de maio na Secretaria, no meu sentir, dá a condição necessária para se economizar 5 milhões/mês. Que ele possa ser analisado, até porque esse parecer é da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que foi quem assessorou a Secretaria de Transporte para fazer esse contrato que está aí e é altamente lesivo aos cofres públicos. Esse não é o momento de discutir o contrato, esse é o momento de verificar se realmente esse parecer pode ser aplicado. Se esse parecer puder ser aplicado, Secretário, o senhor pode ficar muito feliz porque vai economizar imediatamente 5 milhões mensais e vai poder reaver 100 milhões de reais. Com isso, talvez, possamos refletir se há necessidade ou não de ficar aumentando a passagem.

Não estou nem falando do metrô. Temos doze compartimentos que estão sendo canibalizados propositadamente para não atender a população. Se esses doze compartimentos estivessem funcionando, atenderíamos mais rapidamente a população e arrecadaríamos o mesmo valor que vamos arrecadar com esse aumento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

da passagem. São cálculos que foram feitos, que disponibilizo para o Governo do Distrito Federal em nome da CPI.

Quero agradecer ao Deputado Ricardo Vale por me permitir esse tempo, pela paciência que teve de nos ouvir. Eu gostaria de me colocar à disposição da Secretaria. Para mim, é Secretaria de Transporte. Mudou o nome, mas o que interessa é o seguinte: nós estamos à disposição. A assessoria da CPI está à disposição para demonstrar esses cálculos e como eles foram efetuados.

Quem sabe daqui não consigamos acender uma pequena luzinha, para num futuro bem próximo avisarmos à população que não é preciso aumentar essa passagem? Quem sabe, se conseguirmos tampar todos os vasos pelos quais está escoando o dinheiro público, consigamos até diminuir essa passagem?

Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Quero aproveitar e parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem fazendo como relator da CPI do Transporte Público e pela sua intervenção aqui, na defesa da classe trabalhadora, na defesa dos trabalhadores, que realmente são os que pagam esse aumento da passagem. Então, parabéns a V.Exa. Estou aprendendo muito lá na CPI e aqui na Câmara com V.Exa.

Anuncio a presença da Deputada Telma Rufino.

Nós temos sete inscritos aqui da plenária. Eu vou abrir agora. Vão ser três minutos para cada um falar. Eu peço que sejam bem objetivos, porque já existe uma série de interrogações, de argumentações, que o próprio Secretário e os outros membros da Mesa vão ter que responder.

Com a palavra o Paique Duques.

SR. PAIQUE DUQUES – Como eu tinha afirmado, para eu poder chegar em Planaltina às 7h da noite, quando começo a dar aula na UnB, eu tenho que sair agora.

Eu vou retirar o convite que eu tinha feito ao Secretário para que ele fosse comigo de ônibus, não porque não ache que ele deva conhecer o sistema que ele administra, mas porque acredito que seja melhor ele responder as questões aqui e concluir finalmente que a passagem deve abaixar.

Então, eu queria chamar aqui a minha companheira de movimento que está aí conosco, Maria Paiva Lins, para acompanhar aqui na Mesa.

Boa noite. A gente segue lutando. Até a próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Paique.

Com a palavra o Professor Airan Almeida de Lima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

SR. AIRAN ALMEIDA DE LIMA – Boa tarde. Eu gostaria de situar essa discussão do aumento das tarifas não apenas como uma coincidência do que ocorreu na Constituição, quando o transporte público passou a ser um direito fundamental.

Na verdade, o aumento das tarifas públicas tem que ser situado numa concepção muito mais ampla de agressão aos direitos humanos fundamentais. Não é uma questão secundária o transporte público. O aumento na proporção que foi dado, se a gente situá-lo do ponto de vista das macrodeterminações econômicas... Por exemplo, uma família que gastava anteriormente 200 reais vai passar a gastar agora 600 reais. Para a maioria das pessoas usuárias do transporte público, isso significa que esse recurso, que antes era destinado para alimentação, lazer ou qualquer outra atividade, não vai ser mais. A gente termina de aumentar objetivamente o dia a dia das famílias do Distrito Federal. Isso significa que, em termos de categoria, nós aumentamos a mais valia absoluta da população. Se a população tinha que viver com um salário de mil, ela agora vai ter que viver com um salário de quatrocentos, porque agora seiscentos serão destinados para o transporte público. Se a gente compreende a amplitude disso... A gente vai começar a perceber que a maioria dos trabalhadores que usam o transporte público são trabalhadores domésticos, trabalhos temporários e que grande parte deles passará a ser demitida.

Hoje de manhã, a minha diarista chegou perguntando: “E aí, o senhor vai querer que eu continue? Porque agora a passagem aumentou, não sei como é que vai ficar para segunda-feira, não sei o que e tal.” Porque ela, que já tem alguns anos nessa área, sabe e uma colega dela já foi informada que agora é para ir um dia só na semana, não é para ir mais três dias. Então, existe repercussão na vida das pessoas. Não só são índices, não é só tarifa técnica, é repercussão na qualidade de vida dos brasileiros e dos brasilienses.

Outra questão fundamental é que a gente precisa situar isso também numa concepção que eu considero muito importante e que diz respeito ao modelo de sociedade que nós queremos. Quando eu faço a escolha de que eu preciso recompor os caixas onerando essa população, significa que existe uma outra parte da população que não está sendo onerada como deveria estar. Por que nós não começamos essa discussão sobre a taxa de lucro que os empresários têm? Por que nós não começamos essa discussão sobre a atualização do capital constante, ou seja, das máquinas, das nossas matérias primas, do meio com que esse transporte ocorre?

Paulo Cezar lembrou para gente, por exemplo, que um corredor de ônibus diminui custos, aumenta a agilidade, melhora a qualidade do serviço e faz com que o próprio capital tenha muito mais lucro. Mas aí eu fico pensando o transporte público apenas sob a lógica empresarial. É preciso conceber a discussão das tarifas sob uma concepção de sociedade. E aí eu preciso pensar num sistema em que o usuário pague, mas o usuário do automóvel também, e preciso começar a incentivar outros modelos de mobilidade, a pensar alternativas. Caso contrário, eu não vou conseguir tratar isso com a qualidade que precisa ser tratado. Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Professor Airan. Vou chamar o Edvaldo de Freitas, do Movimento Rodoviários em Ação. Logo em seguida, o Caio Victor, do Movimento Passe Livre.

SR EDVALDO DE FREITAS – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado, parabenizando-o pela iniciativa. Eu gostaria também aqui de chamar a atenção para algo.

Nós temos uma frota recém-comprada dentro da planilha de custos. As empresas entraram contemplando, nessa planilha de custos, o valor do ônibus com idade média de dez anos e todos os insumos. Quando o governo vai a público declarar que, há oito ou nove anos, não há aumento tarifário... Eu participo de todos os movimentos sindicais e, para haver acordo coletivo da classe rodoviária, que é no mês de maio no Distrito Federal, há um acordo de aumento no subsídio para que se aumente o salário do trabalhador, pelo menos com a reposição da inflação. Então, o governo dá um aumento de 40% de tarifa, dizendo que, há nove anos, não há aumento tarifário, sendo que estão embutidos nesses acordos coletivos.

Hoje o trabalhador rodoviário está sendo penalizado. Nós estamos já no mês de setembro, a data base é em maio, os rodoviários da TCB estão sem receber até hoje. Já houve o dissídio, e a classe trabalhadora está sem aumento de um real. Isso é uma vergonha para esse governo. Quando é para penalizar o trabalhador, é de imediato: fecham as UPAs dizendo que não têm dinheiro, demitem os funcionários e deixam a classe trabalhadora sem atendimento na rede hospitalar. Quando é para beneficiar empresário, tem que dar o aumento tarifário, para que aquele, que já ganha muito, ganhar mais ainda. Então, há aí um descompasso.

Esse Rolando Lero, que é o apelido verdadeiro desse Governador, não mostrou a que veio ainda, fica olhando para o retrovisor. Um motorista, para dirigir um ônibus, olha para o retrovisor e olha para frente. O Governador não pode ficar só olhando para o retrovisor, ele tem que olhar para frente, mostrar a que veio, cumprir os seus compromissos e não ficar somente tomando decisões equivocadas e, infelizmente, colocando o Secretário aqui para justificar o que já está na televisão para uma classe trabalhadora que não é neófito, que conhece planilha, que conhece o que acontece no sistema. Tem havido aumento dos insumos? Tem, mas os empresários todos os anos têm recomposição da tarifa embutida nos acordos coletivos para que haja aumento. Como foi falado aqui, nós não temos nenhum empresário aqui que faça o papel, digamos assim, de anjo da guarda. Todos eles têm tido aumento, todos têm tido lucro.

O que eu quero colocar aqui, Secretário, é que essa discussão que está acontecendo aqui já deveria ter acontecido. Eu até exijo respeito com os 24 Deputados que representam a população do Distrito Federal para que se crie uma discussão antes aqui na Casa, onde esse governo diz que tem maioria. E aí ele impõe um aumento desses e começa a colocar a argumentação mentirosa. Além de Rolando Lero, eu vou aqui apelidar o Governador também de Pinóquio. Basta de mentira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Passo a palavra ao Caio Victor, do Movimento Passe Livre.

SR. CAIO VICTOR – Boa tarde. Em um primeiro momento, apesar de tudo que já foi falado, há algumas coisas que eu gostaria de reiterar e, até pelo limite de tempo, serei bastante sintético.

O Secretário falou sobre a questão do diálogo e tudo mais. Na verdade, como pudemos ver, não só pela medida dos transportes, mas como todas as medidas que ele vem adotando, não há diálogo algum com a população. Tudo o que ele faz são medidas extremamente violentas, são verdadeiras facadas, principalmente nas camadas mais pobres da sociedade, feitas de forma imposta e que não visam nada além de estabelecer o lado dele, que está muito claro para quem observa essas questões: não é definitivamente o lado da classe trabalhadora e, sim, o de quem lucra com o transporte.

Na verdade, o transporte não deve ser uma mercadoria, como é tratado atualmente. Ele é um direito, conforme já foi reiterado. Inclusive, foi incluído na Constituição, por meio da PEC 90, mas vocês simplesmente dão as costas para isso.

Uma outra questão é que, com relação ao aumento, não é técnico, é uma questão política. A partir do momento em que você defende e decide aumentar a tarifa, está optando por um lado, e esse lado é muito claro. Quem se prejudica e quem se beneficia com isso? Quem se prejudica, definitivamente, não são os empresários do transporte, que já lucraram bastante com o que é feito agora. Quem se prejudica é a população.

O Secretário também falou que não houve alternativa, que foi algo necessário e blá-blá-blá. Por favor, quem não tem alternativa somos nós! Reiteramos que o nosso direito não é algo que se negocia e tampouco se restringe. Não sairemos das ruas até que o aumento seja revogado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Sr. Vanderson, do Fórum Social de Sobradinho. Em seguida, ouviremos o Sr. Reginaldo, prefeito comunitário de Sobradinho II.

SR. VANDERSON – Boa tarde. Em nome do Deputado Ricardo Vale, cumprimento toda a Mesa.

Eu gostaria de começar falando que, há alguns anos, houve uma juventude corajosa e aguerrida que foi às ruas lutar pelo passe estudantil. Isso foi nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000. Naquela época, houve truculência por parte da Polícia Militar e confrontos nas ruas. Lutamos muito. Isso é utopia, é irreal. Nunca vai acontecer o passe livre estudantil. Falavam que era ilusão, sonho, utopia. Mas aconteceu. Agora, lançamos um novo propósito. Criamos um movimento que não é novo, ele já existe. É o MTZ – Movimento Tarifa Zero. Ele vai ganhar apoio de várias forças da juventude organizada, de vários movimentos, inclusive da reforma agrária



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

popular, do Movimento dos Sem-Terra, e do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Todos estarão presentes na luta também porque o trabalhador rural sofre muito com o transporte público.

Quer dizer, não é transporte público, é transporte coletivo. Não existe transporte público, isso é falácia; é transporte coletivo. Por quê? Ele é mercadoria, é negócio e gera lucro. Vou falar o que é o ideal e o que é possível. O ideal seria o transporte realmente público, gratuito, de excelência e com subsídio do Estado. Está bem, pode ser inviável, pelo menos por enquanto. Então, por que não se pensar, Secretário, em um subsídio compartilhado, no qual o Estado e os empresários que exploram e lucram muito com isso subsidiem a parte do transporte, para que a população não seja penalizada?

Vou dar um exemplo. Não é um personagem fictício, é muito real. Existem milhares no Distrito Federal e no Brasil inteiro. Uma mãe de família que tem cinco filhos tem de usar transporte para se deslocar e vai ao restaurante comunitário, que, inclusive, aumentou também; uma pessoa de baixa renda precisa de transporte coletivo no dia a dia para se locomover, um trabalhador que mora em Sobradinho e trabalha em Taguatinga também. Diariamente, ele precisa de 16 reais para exercer sua atividade profissional e, com isso, deixa de comprar o pão, o leite e o remédio. É tudo um efeito cascata. Esse 1 real gera muito mais gravidade do que apenas 1 real. Isso é um remédio não comprado, é um curso não feito por um jovem adolescente que precisa fazer estágio e trabalhar para ajudar em casa, é um caderno não comprado para a escola, e por aí vai.

Quero convocar todos, sociedade civil organizada, para ajudar nesta causa. MTZ – Movimento Tarifa Zero! Vamos lutar agora para desfazer esse aumento absurdo. A médio e longo prazos, não vamos parar, não vamos desistir da luta, até chegarmos à tarifa zero absoluta e irrestrita. Essa é a nossa meta. Por agora, eu gostaria de dizer uma frase que pode parecer um pouco ameaçadora e, de certo modo, até é. A juventude organizada, os movimentos organizados estão se mobilizando nessa causa e deixamos bem clara uma situação. Espero que todos abracem essa causa também. Se a tarifa não baixar, a Capital vai parar. Vamos para as ruas!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Vanderson.

Concedo a palavra ao Sr. Reginaldo, prefeito comunitário de Sobradinho II, e, em seguida, ao Pedro Rodrigues. Por último, o Pr. Severiano.

SR. REGINALDO – Quero agradecer à Mesa a oportunidade.

Vou começar falando em nome de uma comunidade carente, porque a gente vê hoje, Secretário, que a população do Distrito Federal pobre elegeu um Governador que só vê a classe rica. Hoje, Rodrigo para nós não é um Governador da classe pobre. É um Governador da classe rica. Ele não tem visão do que é uma comunidade carente. Ele já começou com aquela roda de mentiras. Na campanha,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

ele criou aquela roda de mentiras. Como os Deputados falaram aí, ele não teve coragem de chegar às comunidades carentes e comunicar o aumento das passagens.

Quando o Deputado Chico Vigilante anunciou aqui na Câmara que havia verba no Distrito Federal, ele não teve a coragem de explicar para a gente que realmente havia essa verba. Só teve coragem de aumentar as passagens, beneficiando uma classe de empresários, enquanto a população hoje não tem condição para isso.

Ainda vou falar uma coisa para o senhor, Deputado Chico Vigilante. Ontem, quatro pessoas que trabalhavam em uma padaria foram mandadas embora porque lá trabalhavam seis pessoas. O dono da padaria tinha que mandar dois embora, para poder pagar as passagens dos outros.

O senhor anunciou aqui na Câmara e provou que havia verba no Distrito Federal. Nós, da população carente, não somos burros nem analfabetos. Vemos internet, acessamos as televisões e sabemos que há, sim. Não acreditamos nesta conversa de que há um furo de quase 3 bilhões. Isso aí é porque ele não está sabendo administrar o Distrito Federal, trouxe gente de fora, lá do partido dele, inchou a folha de pagamento e fica com essas conversas aí, querendo empurrar o erro administrativo na população carente. Não estamos aqui para pagar pelo erro do governo, não. Se ele fez, se ele acha que o Agnelo errou, ele que vá lá no Agnelo e resolva isso. Nós não somos obrigados a andar em um transporte porco, ruim.

A população, hoje, que não só... Porque a população que trabalha... Temos uma população em Sobradinho II que está desempregada. Como é que ela vai pagar 4 reais? O senhor vai tirar do seu bolso? O Governador vai tirar? Não vai. O dono das empresas vai tirar, Deputado? Ele vai chegar e dizer assim: "Não. Chega lá e inteira 1 real do cara."

Então, esse Governador está trabalhando errado. Ele não é Governador representante da classe pobre. Ele é Governador representante da classe rica. É como o Edvaldo falou: ele é um tremendo enrolador, ele está enrolando a gente. Hoje, para mim, para a nossa população, ele não representa nada.

Acho que a Câmara Legislativa tem que exercer o seu papel, tem que rever a sua situação, porque isso está gerando desemprego, está gerando problema. Pessoas que vão... (Falha no microfone.) Não vai ter condição de pagar passagem. Com isso, o Governador não está preocupado, não. Ele está preocupado em beneficiar empresário, enquanto nós ficamos nessa situação.

Era o que eu tinha para falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Reginaldo.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Rodrigues, OQVid – Organização Integrada para Qualidade de Vida Sustentável e, por último, ao Pastor Severiano.

SR. PEDRO RODRIGUES – Boa tarde a todas e a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Parabéns pela iniciativa. Acho que o dia de hoje é o embrião da tarifa zero. Creio que este é o movimento que vai fazer esse aumento sair pela culatra, porque o povo vai se mobilizar e não vai aceita-lo. Trinta e três por cento de aumento? O povo foi para rua por vinte centavos. Imaginem esse aumento todo!

Acho que a passagem é Direitos Humanos. Aqui, esse Governador, não adianta... Eu moro em uma cidade que é distante daqui. A população de Santa Maria, por exemplo, está vindo pegar o ônibus e a população vem em pé, porque eles chegam mais cedo no terminal. Se você for agora de ônibus a Santa Maria, vai ver a diferença.

Acho que o Brasil está sendo transparente. Essa reunião não pode ser só uma reunião para marcar outra reunião. Acho que tem que se tirar uma comissão daqui para avaliar imediatamente esse aumento, Deputado, para já sairmos daqui e marcarmos uma reunião com o Governador e o Secretário e vermos essas planilhas.

O Brasil está passando por uma mudança que nunca passou, em quinhentos anos. Você pode ver o que está acontecendo no Brasil. A companheira Dilma manteve o PGR, manteve o Ministro da Justiça, manteve o Diretor da Polícia Federal, está investigando, cortando na própria carne, prendendo todo mundo.

Brasília não pode ser diferente. Têm que se abrir essas planilhas de transporte em Brasília, e, a partir de hoje, já sair com essa comissão formada para que se marque uma reunião com o Secretário, com a comissão dos usuários, com os Deputados, para que, na próxima semana, tenhamos uma reunião para discutir a tarifa zero.

Deputado Ricardo Vale, parabéns pela iniciativa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Pedro Rodrigues.

Por último, concedo a palavra ao Sr. Francisco da Silva, representando o Pastor Severiano de Oliveira.

SR. FRANCISCO DA SILVA – Boa tarde, companheiros.

Estou aqui representando o Pastor Severiano. Infelizmente nós estamos em um pequeno número porque precisamos fracionar o nosso povo para lutar, porque estamos em uma luta grande também.

Estamos com uma parte do povo aqui na Câmara Legislativa. Outra parte aqui no terreiro de vocês em frente ao Buriti. E outra parte necessitou descer para a Esplanada também. Estamos aqui também para protestar contra o aumento das passagens. Mas, antes de tudo, queremos pedir a ajuda da Câmara Legislativa, pedir socorro aos Deputados, porque nós estamos acampados desde segunda-feira aqui na frente de vocês, ao lado, exigindo também direitos. Não estamos pedindo nada, estamos exigindo direitos! Direito do trabalhador, direito da classe mais humilde, mais necessitada, de pessoas que andam quilômetros e quilômetros para pegar um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

ônibus para pagar mais caro ainda. De pessoas que estão aqui exigindo apenas que seja feita a reforma agrária, que seja atendido aquilo que a Constituição Federal nos garante como direito. E até hoje estamos no terreiro de vocês e só tivemos a visita de um único Deputado, dentre aqueles que nos representam.

Para entrar hoje aqui, tivemos que criar um grande impasse. Para entrar na Casa que é do povo, para entrar na nossa Casa, foi necessário criar um grande impasse. Que Casa é essa que nos representa? Que Deputados são esses que nos representam? Estamos em seu terreiro pedindo socorro, pedindo clemência, pedindo misericórdia, e ninguém aparece lá para nos ajudar.

Precisamos da ajuda de vocês. Precisamos ser atendidos. Precisamos ser ouvidos porque nós é que colocamos alimentos nas vossas mesas. Nós é que colocamos alimentos de qualidade, sem agrotóxicos, sem venenos, sem químicas. Nós é que estamos lá dia a dia calejando nossas mãos para que vocês tenham alimento de qualidade. E agora estamos aqui para pedir socorro, estamos aqui para pedir ajuda, para sermos atendidos naquilo que é direito nosso e que a Constituição Federal, a Carta Magna do nosso País, nos garante. E nem nisso temos sido atendidos.

Estamos aqui desde segunda. E ontem – nós aqui em negociação –, esse governo truculento estava passando com as máquinas da Agefis por cima de um dos nossos acampamentos. Saímos na rua, no Eixão, fechamos para protestar, para pedir uma fala com ele, para falar o que estava acontecendo, mas a polícia truculenta também veio com um *spray* de pimenta em cima de crianças e mulheres.

É isso que nós trabalhadores temos recebido deste governo. Queremos ser ouvidos e precisamos ser atendidos. Não estamos pedindo nada, apenas reivindicando o que já é nosso direito.

Agradeço a oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Francisco da Silva, representante do Pastor Severiano.

Eu quero comunicar ao plenário, às autoridades, que nós conseguimos colher quinze assinaturas para um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do Decreto nº 36.762, de 18 de setembro de 2015, que aumenta o preço da passagem dos transportes públicos. Portanto, quinze Deputados já o assinaram. Evidentemente, alguns não estavam na Casa, mas vamos continuar essa movimentação, a tramitação desse projeto aqui para que possamos convencer os 24 Deputados a assinarem esse decreto.

Que o governo, evidentemente, entenda o simbolismo desta Casa e reveja, juntamente com a Secretaria de Mobilidade, esse aumento que, na nossa avaliação e na avaliação desta Casa, é extremamente abusivo e fora de hora. Portanto, a gente está muito feliz e vai continuar a mobilização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36

Sr. Secretário, eu tenho uma planilha de progressão da tarifa técnica. Nós tivemos o primeiro reajuste, depois da implementação desse novo sistema, em maio de 2014, que girou em torno de 6,75%. Depois tivemos outro aumento, em setembro de 2014, que girou em torno de 12,59%. Agora, recentemente, nós tivemos um reajuste na tarifa técnica de apenas duas empresas, a Pioneira e a Marechal. A Pioneira, de 31,73%; a Marechal, de 45,75%. Eu gostaria que o senhor explicasse por que foi um reajuste tão alto, já que os anteriores foram de 6% e 12%, e essas duas empresas já obtiveram um reajuste da tarifa técnica de 31%, a Pioneira, e de 45%, a Marechal.

Vou deixar outra pergunta para o senhor. É sabido que, apesar de a quilometragem ter sido pouco alterada, o número de passageiros aumentou significativamente, desde a implantação do novo sistema. Não está na hora de o poder concedente fazer uma nova revisão, para ver se a tarifa técnica pode ser diminuída? O Deputado Wasny falou um pouco sobre isso, o Deputado Chico Leite também.

Outra pergunta: conforme o seu depoimento à CPI dos Transportes, a tarifa técnica pode sofrer uma forte diminuição com a racionalização do sistema. Não seria prudente a Secretaria de Mobilidade apresentar a esta Casa de Leis e ao povo do DF um cronograma com esses processos, assumindo compromissos com datas e percentuais?

É interesse do Governo Rodrigo Rollemberg retomar a política de reajuste anual das tarifas de transporte público, uma vez que havia nove anos que ela não vinha sendo reajustada? É outra pergunta.

Uma pergunta para o Diretor do DFTrans: existiu algum estudo feito pelo DFTrans para definição dos reajustes tarifários aos concessionários e aos passageiros?

Por fim, a última pergunta que a gente deixa para o Secretário: qual a expectativa de diminuição de subsídio que o GDF espera alcançar com o aumento concedido? Ou seja, quanto vamos ter de diminuição no subsídio?

Era isso.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, Carlos Henrique Rubens Tomé Silva, para que ele possa responder, fazer as considerações que achar pertinentes.

SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – Bom, foram muitas observações, muitas perguntas, e eu vou tentar responder a elas numa fala única, sem me referenciar sempre às perguntas.

A primeira observação que eu gostaria de fazer é sobre as perguntas do Deputado Wasny. Ele cobra transparência, assim como a Sra. Carmela. Nós estamos buscando essa transparência também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

Quando o Deputado Wasny pergunta qual é a margem de lucro das empresas e reclama que isso não é público, afirmo que isso é público, sim. Essa taxa não é exatamente a taxa de lucro, mas uma taxa interna de retorno, que é o termo técnico que se usa, foi fixada na licitação, portanto no contrato assinado logo em seguida. É esse contrato que rege a relação do Estado com essas empresas, e foi feito em 2012. Então, não fomos nós que fixamos a taxa de lucro das empresas, foi um processo licitatório que, em tese, é público.

É esse processo licitatório que, desde então, conforme todas as denúncias indicam, não teve transparência. É esse processo que está sendo investigado pela CPI, pelo Ministério Público de Contas, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pela Justiça, pela polícia. Mas ele é de 2011/2012. As empresas que aí estão têm contratualmente o direito de cobrar essa taxa de lucro; mas não fomos nós que fixamos esse direito, ele foi fixado em 2011/2012.

É possível mudar? Sim, é possível mudar. Nós estamos fazendo os estudos necessários para saber se essa taxa de lucro, se essa taxa interna de retorno, corresponde ao razoável. Mas essa taxa interna de retorno foi resultado de um processo licitatório que levou, entre a denúncia do Ministério Público e a conclusão, dez anos. Esse processo que fixou as taxas de lucro das empresas levou dez anos para ser concluído.

Não se reforma uma casa com a mesma facilidade que se constrói uma. Quando você vai reformar uma casa, descobre que naquela parede tem um cano que você não sabia, tem um monte de coisa que você não conhecia, e é neste ponto que nós estamos – análise da nossa casa para saber como vai ser a reforma.

Os custos operacionais também são públicos, estão fixados numa planilha que foi apresentada pelas empresas, na época da licitação, e que nós, neste ano, colocamos na internet. Isso não estava em lugar nenhum. Quem quisesse conhecer o processo licitatório dos ônibus tinha que ir à Secretaria pedir que alguém o buscasse dentro de um arquivo, e muito provavelmente ia descobrir, como descobrimos, que o processo não estava disponível para consulta porque foi requisitado pela polícia. Então, esse processo licitatório, hoje – o processo, o papel, as pastinhas com as folhas dentro – está de posse da Justiça. Nós, este ano, pegamos a cópia digitalizada e colocamos na internet – está lá para quem quiser consultar.

A fórmula de remuneração das empresas tem a ver com o custo operacional, mas não numa relação direta. O que é que se fez nessa licitação? Criou-se uma planilha de custos, essa planilha foi submetida à comissão de licitação e foi transformada em duas variáveis econômicas, que são relacionadas aos custos operacionais, mas que não são exatamente o custo operacional. Então, quando se transforma essa tabela de custos operacionais em duas variáveis econômicas para garantir que o fluxo de caixa das empresas seja constante – essas duas variáveis são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

valor presente líquido e taxa interna de retorno – você descola a forma de remuneração das empresas de uma relação direta com o custo.

O Professor Paulo Cezar fala que é um absurdo: não tem nenhuma racionalidade você remunerar uma empresa pela quantidade de passageiros transportados. Teria que ser por quilômetro rodado ou por viagem realizada. A forma de remuneração das empresas por passageiro transportado foi fixada em 2012 no processo licitatório. Pode ser mudada? Pode, mas não se reforma esse contrato da noite para o dia. É um contrato extremamente complexo, com uma lógica completamente diferente da lógica a que os nossos técnicos estavam acostumados, que é, justamente, a da planilha de custos, e precisa de muita energia para entendê-lo e mudá-lo. A forma de cálculo da remuneração que considera a cada embarque uma tarifa técnica para cada passageiro não foi fixada por esta Secretaria, foi fixada em 2012, 2011. É possível mudar, mas exige muito suor em cima desse contrato para a gente estudar, entender e poder reformar isso tudo.

Essa transparência que se pede deveria vir desde o processo licitatório, mas as denúncias são de que ela não existe desde o processo licitatório. Nós estamos buscando essa transparência. O governo como um todo está, e nós, principalmente, por termos na mão a administração de um dos serviços públicos mais caros para os cofres públicos, também queremos essa transparência.

O Deputado Chico Leite pergunta da qualidade do sistema. A qualidade do sistema é baixa. Todo mundo reconhece, todo mundo sabe. Não vou ficar aqui defendendo que a qualidade é boa. Não é. Tem melhorado? Sim. Posso listar aqui uma série de coisas que nós fizemos este ano para melhorar a qualidade do sistema, mas estamos muito longe de um sistema bom, muito longe.

Por que nós estamos muito longe de um sistema bom? O sistema anterior – as linhas, os ônibus e as empresas que existiam – foi crescendo de uma maneira desorganizada, desordenada. À medida que uma nova cidade crescia, criava-se lá um punhado de linhas e dava-se para um empresário por algum critério, que não era exclusivamente técnico, e isso ia gerando uma proliferação de linhas. Você tinha uma determinada linha que se mostrava rentável, os outros empresários cresciam o olho para cima dela e conseguiam uma linha parecida para ir lá e concorrer com o empresário que estava originalmente com aquela linha. Esse sistema é um sistema totalmente desorganizado, um sistema totalmente irracional e, por ser irracional, um sistema que tem um custo operacional elevadíssimo. O que a licitação fez? A licitação tem um projeto e esse projeto é um projeto de engenharia que serve de base para a implantação de um novo sistema, um sistema mais racional, um sistema mais bem pensado, um sistema com um custo operacional mais baixo, um sistema que precisa de menos ônibus.

Então, aquele sistema antigo, desorganizado, bagunçado, precisava de 3.500 ônibus. O sistema que foi licitado. É um sistema com as linhas organizadas, pensadas, com uma ideia por trás, precisa de 2.500 mil ônibus. O que aconteceu na prática? O sistema novo foi licitado e, na hora da implantação, foi implantado o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

sistema velho, irracional, desorganizado, desordenado, com custo operacional alto. Então, o que você tem? Uma compra de 2.500 mil ônibus implantada numa malha de linhas que precisa de 3.500 mil ônibus. É claro que vai faltar ônibus!

Então, a situação que nós pegamos hoje, o sistema de transporte público coletivo para administrar, é um sistema que tem um modelo de remuneração, uma forma de cálculo de tarifa, um jeito de remunerar as empresas trancado dentro de um contrato e, para você mexer nesse contrato, é difícil. E nós temos, do ponto de vista da operação, um sistema que era para ser totalmente novo, renovado, e que não foi implantado. Isso para o gestor é o pior dos mundos! Por que o que ele está fazendo? Ele está remunerando um sistema de custo alto como se ele fosse um sistema de custo baixo. A remuneração das empresas vai explodir!

Agora, o edital previa: entrou a empresa, ela entra no sistema novo, e não foi isso que foi feito! É por isso que o custo sobe, é por isso que a tarifa técnica sobe, é por isso que o subsídio sobe. Consertar isso não é fácil. É muito difícil! Estamos trabalhando nisso todos os dias desde o começo do ano, mas é muito difícil consertar uma coisa que está abandonada há décadas. O sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal está abandonado há décadas. E essa é a nossa tarefa. Nossa tarefa é transformar isso que está aí fora num sistema que atenda a necessidade da população.

O Deputado Ricardo Vale pergunta: "Ora, você teve já três reajustes, dois para todas as empresas e um para duas das empresas". A gente tem que entender que são duas coisas diferentes. Mais uma vez, isso foi fixado no contrato. Eu goste ou não goste, tenho que cumprir o contrato até que ele seja anulado ou renegociado. Se ele não for anulado, não for renegociado, tenho que cumprir o contrato. E o contrato prevê reajustes anuais. Todo ano é aplicada uma fórmula e essa fórmula chega a um valor de reajuste. O reajuste de 2014 foi 12,59%, como disse aqui o Deputado Ricardo Vale, porque a maior parte desse percentual é uma consequência direta do reajuste que é dado aos rodoviários. Então, no ano passado, o reajuste dado aos rodoviários foi de 20%. Um reajuste muito superior ao que as demais categorias tiveram. Quando você dá um reajuste de 20% para os rodoviários, isso significa automaticamente, automaticamente, um reajuste de 10% na tarifa técnica. Esse reajuste não foi dado porque o governo quis, foi dado porque é assim que reza o contrato. Foram dados 20% de reajuste para os rodoviários, isso significa 10% de reajuste da tarifa técnica. Simples assim. O reajuste deste ano para os rodoviários ficou em média de 10%, isso significa automaticamente um reajuste de 5% na tarifa técnica. Mas isso é só um elemento, há mais três elementos na fórmula: preço dos ônibus, preço do diesel e taxa de inflação, com pesos menores. O lucro não entra nisso. Isso é o que está definido no contrato que foi fixado em 2011/2012. Outro elemento que é o...

SR. LÉO CARLOS CRUZ – Secretário, só para explicar algo para o Deputado. A questão não é o lucro não entrar nesse reajuste, o lucro já está apropriado na proposta comercial da primeira tarifa praticada em 2012. Então, a taxa interna de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

retorno estava lá. Esse reajuste é para corrigir valor de preço. Só isso. Por isso que o lucro não entra nessa conta do reajuste anual contratual.

SR. CARLOS TOMÉ – Outra coisa é a revisão tarifária. Essa revisão tarifária é necessária, foi necessária, porque o sistema implantado não foi o sistema licitado. Isso gerou um desequilíbrio e, pelo contrato, mais uma vez, que foi fixado em 2011/2012, as empresas têm direito de pedir o realinhamento dessas tarifas por conta da diferença entre o que elas estão sendo obrigadas a fazer, porque foi o governo que mandou em 2013 elas fazerem desse jeito, e aquilo que tinha sido contratado.

A boa notícia, que a gente pode chamar assim, é que essa revisão de tarifa técnica pode ser para cima ou para baixo. Então, no momento em que fizemos a implantação daquilo que foi licitado, a tarifa técnica cai automaticamente. Ela pode ser diminuída, sim, respondendo mais uma pergunta do Deputado Ricardo Vale.

A racionalização. É possível fazer um cronograma com datas e percentuais? É possível. Esse cronograma estava na licitação e não foi cumprido. E o cronograma era bem simples, a empresa entrou, entra no sistema novo, sem conversa. Esse é o cronograma, não foi cumprido. A empresa entrou no sistema velho. Agora, o que nós temos é aquilo que estava no contrato que estava licitado valia para 2012. A cidade é dinâmica, ela vai crescendo, vai mudando, as pessoas vão mudando de lugar para morar. Precisa haver adaptações. Aquilo que estava no projeto básico precisa de adaptações para permitir a implantação do sistema de acordo com a realidade que nós temos hoje; e é nisso que nós estamos trabalhando. Temos uma série de racionalizações que já foram feitas em Samambaia, em Riacho Fundo I, em Riacho Fundo II, no Núcleo Bandeirante, em boa parte de Planaltina, em boa parte de Sobradinho, alguma coisa no Gama e pouca coisa em Santa Maria. Estamos caminhando nessa racionalização. O próximo passo é recalcular a tarifa técnica para que essa racionalização represente uma redução dessa tarifa. Aquele custo operacional que cai com a racionalização tem de se refletir na tarifa técnica, para que ela caia também. Só que, para isso acontecer, precisa operar um tempo para a gente medir e poder recalcular.

O Deputado Ricardo Vale pergunta se o governo pretende retomar a prática de reajustes anuais. Esse reajuste, nesse momento, foi feito por absoluta necessidade. Ele não estava programado. Claro, nós, desde o começo do ano, temos cálculos preliminares sem nenhuma formalização, sem nenhuma rigidez formal, mas os nossos técnicos, todos eles, têm a sua planilha para dizer: “Tem de aumentar tanto.” Não era uma decisão política, nesse momento, fazer o reajuste da tarifa, do preço da passagem. Tornou-se uma exigência porque o GDF está quebrado, não tem caixa. Não é uma questão de vontade ou de desejo ou de priorização do governo. Não tem dinheiro. Então, nós esperamos que, a partir de agora, consigamos reduzir os custos operacionais mais fortemente, porque eles já vêm sendo reduzidos, e que isso gradualmente vá refletir na tarifa técnica, e que não seja necessário outro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

reajuste de tarifa tão cedo. Nove anos sem reajuste de preço da passagem, só em Brasília. Não existe histórico disso em outra grande capital do Brasil.

Quanto o subsídio vai diminuir, com o reajuste da tarifa? Este ano o subsídio cai entre 40 milhões e 50 milhões de reais – e, mais uma vez, isso não é caixa para o governo, é o que o governo vai deixar de gastar. No ano que vem cai entre 100 milhões e 150 milhões de reais. No final das contas, queremos sair de uma previsão inicial de subsídio neste ano de 600 milhões e passar para uma previsão inicial de subsídio do ano que vem para 450 milhões. Ou seja, não é uma coisa que se abaixa sempre, em relação ao que se tinha na origem: $600 - 50 = 550$ e, depois, $600 - 100 = 500$. É uma redução de patamar. A gente quer diminuir o subsídio. E para fazermos isso, temos dois caminhos.

O que é o subsídio? É despesa menos receita. Ou se reduz a despesa ou se aumenta a receita. Nós vimos, consistentemente, desde o começo do ano, tomando as medidas para reduzir a despesa do sistema, mas chegou a um ponto em que aumentar a receita era fundamental, e foi por isso que foi feito o reajuste agora.

Temos condições de fiscalizar o sistema? A fiscalização não tem sido muito tolerante? Isso precisa ser tratado com absoluta franqueza. A nossa fiscalização está preocupada com aquilo com que estava preocupada há cinco, dez anos. Nós precisamos realinhar as preocupações da nossa fiscalização. E o que precisa ser feito para realinhar as preocupações da nossa fiscalização? A gente tem que saber se os ônibus estão no horário, se estão acima da capacidade, se estão com segurança para os passageiros, e não ficar sabendo se o banco do motorista está rasgado na parte de trás. Mas, para isso, a gente precisa mudar uma cultura, uma cultura que está estabelecida há décadas e, como bem disse o Professor Paulo Cezar, aproveitar melhor a tecnologia embarcada dos ônibus; ou seja, todo ônibus tem um GPS. Eu posso controlar, monitorar o trajeto desse ônibus por um GPS. Cada empresa tem o seu centro que controla isso, mas o Estado não tem. Para fazer isso, precisa de dinheiro, e dinheiro a gente não tem. Mas, mesmo assim, nós estamos avançando aos poucos na tentativa de criar esse centro unificado de controle operacional, para que tenhamos todas essas informações e consigamos redirecionar nossa fiscalização para o que realmente importa. O serviço está atendendo à população? Sim ou não? As viagens estão sendo feitas no horário? A pessoa tem informação no seu celular ou no ponto de ônibus sobre que horas o transporte vai passar? Não tem, mas vai ter.

Eu respondi um pouco uma pergunta que o Deputado dirigiu ao Léo, que é se havia algum estudo de reajuste tarifário. Mas eu queria só fechar aqui com mais duas observações: uma com relação ao sistema de ônibus, outra com relação ao metrô. Sobre o sistema de ônibus, nós na Secretaria percebemos que não temos recursos, como disse o Deputado Chico Leite, humanos, materiais, financeiros para atacar todos os problemas que nós temos. E é muito problema. O que nós decidimos?

Ora, a licitação está sendo investigada pela Câmara Legislativa, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, pela Justiça, pela polícia. Vamos deixar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42

esse pessoal investigar isso. Vamos dar todos os subsídios, todas as informações que eles pedirem nós daremos. Estamos aqui para colaborar nas investigações, mas nós temos que rodar o sistema. O sistema tem que rodar no dia a dia. Brasília não pode parar porque, se parar, será pior para todo mundo. Prejudica a economia, mais gente vai perder o emprego. Isso vai prejudicar ainda mais a economia e mais gente vai perder o emprego. Isso vai gerar um círculo vicioso que só vai jogar nossa cidade para baixo. Nós temos o sistema para tocar e é isso que nós estamos fazendo.

Nós estamos nos apropriando desse contrato para entendê-lo muito bem, para aplicá-lo em favor da sociedade porque, enquanto o Estado não entende esse contrato – e aí digo, mais uma vez, que as cinco ou seis pessoas que tocaram essa licitação não trabalham mais na Secretaria, são fundamentalmente as pessoas que estão sendo investigadas na CPI –, o Estado não tem o domínio desse contrato. Como eu disse, os nossos técnicos são treinados na sistemática anterior, que é a da planilha de custo – sistema mais tradicional, não anterior, vamos dizer assim. O Estado precisa entender esse contrato, se apoderar desse conhecimento para poder fazer a gestão desse contrato em prol da sociedade, das pessoas. Existe possibilidade de, com esse contrato – e aí não estou dizendo que eu gosto ou que eu não gosto –, melhorar o sistema. E é isso que nós estamos buscando.

Com relação ao metrô, o companheiro Quintino tem toda a razão. O metrô está sucateado, não está com as condições operacionais que poderia ter. O metrô tem carência de pessoal, mas isso também é resultado de duas décadas de abandono. Não se corrigem duas décadas de abandono em nove meses. Tudo aquilo já havia sido pensado para o metrô.

Ninguém aqui está dizendo: nós fomos lá, identificamos as necessidades, buscamos o dinheiro e aplicamos. Não. Isso tudo é muito lento no setor público. Os recursos que hoje existem para aplicação, para investimento no metrô foram negociados nos governos anteriores, mas agora há um grau de desorganização. Isso é um emaranhado, um novelo. É preciso primeiro limpar todo o terreno, para poder usar o dinheiro.

Para vocês terem uma ideia, o contrato de manutenção do metrô – o cenário ideal é que os próprios servidores do metrô façam a manutenção – é renovado emergencialmente sei lá por quantos anos. Foram quatro vezes, e seis meses a cada renovação. Ou melhor, cada renovação é feita por um ano, e já foi renovado emergencialmente quatro vezes. Nesse momento, foi preciso fazer essa última renovação emergencial porque, quando se foi fazer a licitação para contratar a manutenção do metrô, esbarrou-se em uma série de empecilhos que decorrem das práticas do passado.

É a história do Pedro e o Lobo. Pedro gritou tantas vezes “olha o lobo, olha o lobo, olha o lobo”, que quando havia lobo mesmo, ninguém foi lá ajudar. Tanta coisa errada se fez no passado, que, quando se quer fazer a coisa certa, o Ministério Público barra, o Tribunal de Contas barra, todo mundo barra por desconfiança, com toda a razão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43

A licitação de manutenção do metrô sai agora, por força de liminar da Justiça que determinou que o metrô faça o que o presidente do Metrô queria fazer. Ele colocou a licitação na praça. Ela foi suspensa pelos órgãos de controle, e a Justiça mandou fazer. Quando se fala de manutenção, fala-se também de expansão. Há quantos anos não é ampliado um metro de trilho? Há quantos anos? O dinheiro está lá, já foi negociado pelos governos anteriores. Para usar o dinheiro, é uma confusão.

Modernização do metrô. Uma vez eu vi um vídeo de uma comunicação – se é que se pode chamar aquilo de comunicação – entre um piloto e o centro de comando operacional. É pelo celular, porque o rádio precisa ser substituído. O metrô está sucateado, está abandonado? Está, mas agora as coisas vão começar a andar. Nós, neste momento, precisamos de união, união de propósitos.

Qual é o propósito? Eu não tenho a menor dúvida, não tenho sequer uma sombra de dúvida de que o Sindmetrô, os servidores do Metrô, os empregados do Metrô na verdade, a diretoria do Metrô, a Secretaria de Mobilidade, o Governo do Distrito Federal, todos querem a melhoria do Metrô. É claro que podem discordar do caminho a seguir até lá, mas todos querem a melhoria do Metrô, como todos querem a melhoria do sistema de ônibus.

Então, vamos nos unir em torno desse propósito. O propósito é melhorar o metrô? Vamos melhorá-lo. Vamos discutir, vamos debater. Parar o metrô, parar o sistema de ônibus, parar a cidade não contribui para melhorar. Vamos debater, vamos discutir. “A gente quer que o metrô contrate mais servidores concursados, e o metrô não quer contratar”. Quer, mas não consegue.

Nós precisamos – essa é a última palavra que eu quero deixar, Deputado – é de união, união em torno de propósitos. Nós queremos melhorar o sistema de transporte público coletivo, seja ele por metrô, seja ele por ônibus. Nós queremos restituir a verdade com relação à licitação. Queremos tudo isso, queremos pagar menos, queremos tarifa zero, queremos um monte de coisa, mas nós precisamos nos unir para perseguir esse objetivo.

Se cada um ficar puxando para um lado, a gente demora mais a avançar. Vamos sentar, vamos discutir, vamos debater, vamos levar isso para frente, mas sem prejudicar a cidade. Parar o sistema prejudica a cidade.

Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Secretário.

SR. PEDRO RODRIGUES DE SOUSA MARTINS – Sr. Presidente, posso falar alguma coisa?

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Rapidinho.

SR. PEDRO RODRIGUES DE SOUSA MARTINS – O Sr. Secretário está falando na unidade, que há necessidade de unidade. Concordo com ele. Se há necessidade de unidade, acho que temos de quebrar essa ponta do *iceberg*. Hoje temos que sair



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

com essa comissão formada, para termos acesso às planilhas. Aí já se faz com que realmente o governo esteja interessado numa unidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado.

SR. CARLOS TOMÉ – Só um minutinho. A planilha está no endereço www.semob.df.gov.br.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Diretor do DFTrans, Sr. Léo Carlos Cruz. Depois deixo à disposição das autoridades da Mesa três minutos para quem quiser fazer a consideração final. O plenário já está esvaziado.

SR. LÉO CARLOS CRUZ – O Secretário acabou falando praticamente tudo, mas eu queria fazer uma consideração a respeito da minha experiência. Estou em Brasília há 50 dias, assumi o DFTrans no dia 3 de agosto. Eu venho de uma cidade que é Vitória do Espírito Santo. Sou funcionário do que seria o DFTrans de lá, que é a empresa que gerencia o sistema de lá. Tive a felicidade de ser presidente desse órgão até o final do ano passado.

Minha experiência em sistema de transporte vem desde o início da construção de um projeto tronco-alimentado, que está baseado na integração entre terminais. Isso racionaliza a rede e melhora a mobilidade das pessoas porque dá acesso a vários pontos da cidade através do pagamento de uma tarifa só. No meu caso, lá em Vitória, hoje o sistema tem uma aprovação que, em termos de transporte coletivo no Brasil, é bastante significativa. Setenta por cento a setenta e cinco por cento dos usuários consideram o sistema ótimo ou bom. Isso lá em Vitória.

Como se chegou a isso? Chegou-se a isso com muito trabalho, planejamento, determinação de propósito e algumas coisas que não aconteceram ao longo dos anos em Brasília. A referência do sistema de transporte coletivo em Brasília, para nós, é que sempre foi um sistema muito ruim. Isso eu não estou inventando. Quando a gente participa dos congressos de transporte, a referência do sistema de Brasília nunca foi boa.

Tentou-se ajustar isso através de uma licitação, que teve lá seus problemas, como o nosso Secretário falou. E todo sistema de transporte... Você muda um ponto de ônibus no sistema de transporte e a gente acha que é uma coisa muito simples, mas todo mundo quer o ponto de ônibus perto da sua casa, mas na casa do vizinho...

Então, quer dizer, qualquer intervenção em sistema de transporte, por mais simples que seja, movimenta e mexe com tantos interesses que, às vezes, isso pode complicar um pouco a implantação de uma medida. Por isso é que se tem de conversar muito para se tomar medidas, principalmente em reestruturação de rede, como o Secretário falou, para que realmente a qualidade do serviço seja aquela que a gente gostaria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45

Não tenho ilusão de que a gente vá conseguir fazer isso em um ano, porque não se faz uma melhoria substancial dessa em um ano. A gente demorou, entre a implantação do sistema até a consolidação dele através dos terminais todos, cerca de dez anos. Acho que não precisa chegar a tanto, porque hoje já temos tecnologia e não precisamos cometer os mesmos erros que se cometeram ao longo dos tempos em todas as cidades que conseguiram melhorar seu sistema de transporte.

Só para vocês terem uma ideia, hoje a gente transporta 25 milhões de passageiros por mês. Isso dá um custo no sistema em torno de 1 bilhão de reais por ano ou 92 milhões de reais por mês. Esse é o custo do sistema. Esse é o desafio que a gente tem. Quando a gente fala em transporte, os números sempre são muito grandes, ainda mais numa cidade como Brasília, que tem toda essa interferência da área do Entorno. Brasília é um pouco diferente de tudo que a gente tem no resto do Brasil. Aqui é uma cidade-estado. Lá a gente trabalha com município e com estado, é mais separado. Aqui é um negócio meio complicado. A potencialização dos problemas sempre acaba sendo um pouco maior, em função dessa confusão que existe. Você tem uma região administrativa que, em qualquer estado do País, seria uma cidade e aqui é uma região administrativa com 600 mil habitantes. Então, é uma realidade interessante, diferente aqui.

Eu gostaria de terminar dizendo que não vim para Brasília enganado. Eu sabia do tamanho do desafio que o governo teria que enfrentar na condução e na reestruturação desse processo todo. A minha motivação é que eu acho que é... eu acho não, eu tenho certeza de que é possível realizar muita coisa, fazer muita coisa, desde que essas premissas que o Secretário colocou sejam verdadeiras e sejam perseguidas.

Eu não vim para cá para ser mais um em Brasília; não tenho essa intenção. Eu tenho intenção de participar de um processo de mudança de fato e estou trabalhando mais de doze horas por dia na busca disso. Estou sem minha família aqui. Minha família é de Vitória. Então, eu vim para cá com desejo de melhorar, de mudança, de tentar contribuir para isso. O sucesso vai depender dos esforços que se fizerem e das condições que se criarem para isso, mas eu estou empenhado nisso, assim como toda a equipe da Secretaria de Mobilidade.

Basicamente, acho que era isso que eu queria comentar. Coloco-me à disposição para qualquer debate, qualquer discussão, qualquer dúvida que se tiver aí. Apesar de não ter o conhecimento pleno ainda de todas as nuances do sistema de transporte – como eu falei, estou há cinquenta dias –, coloco-me à disposição para discutir as alternativas, as possibilidades de melhoria do sistema.

Era só isso. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Léo Carlos Cruz, Diretor-Geral do DFTrans.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor de Administração e Finanças do Sindmetrô, Quintino dos Santos Souza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46

SR. QUINTINO DOS SANTOS SOUZA – Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de fazer parte desta Mesa. O Sindmetrô tem muito interesse na melhoria do transporte. Então, foi ótimo estar aqui esta tarde com vocês.

Tem que trabalhar. O governo tem que trabalhar, e a população tem que cobrar, tem que fiscalizar, para que se melhore o transporte público.

Ainda assim, eu acredito que, para superarmos a crise, temos que buscar meios que onerem menos o cidadão. Com esse aumento de passagem, você acaba gerando outra crise, você acaba gerando desemprego, acaba contribuindo até mesmo para um aumento ainda maior da inflação. Então, temos que utilizar da criatividade, como foi dito aqui, pensar em novas soluções que não onerem tanto o cidadão.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Quintino.

Concedo a palavra à Sra. Carmela Zigoni.

SRA. CARMELA ZIGONI – Eu vou ser bem rápida. Eu gostaria de agradecer também e lembrar um ponto de que ninguém mencionou aqui. Achei que o Professor Paulo Cezar fosse falar a respeito. Em Brasília – até para quem está chegando de Vitória, é bom saber –, não se cobra pelo uso do espaço público para estacionar. Então, essa também seria uma ótima fonte, que não penalizaria os pobres e poderia resolver o problema de arrecadação de que vocês estão falando.

Eu vou passar a palavra aqui para o MPL – Movimento Passe Livre, porque eu acho que ela tem mais a falar. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Carmela.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Cezar, Professor da UnB, suas considerações finais. Em seguida, Sra. Maria Paiva Lins.

SR. PAULO CEZAR MARQUES – Eu também queria agradecer a oportunidade e renovar minhas congratulações ao Deputado Ricardo Vale pela iniciativa. Acho que são sempre oportunidades muito importantes, particularmente em momentos como esse.

De fato, Carmela, eu evitei, por conta do tempo, falar aqui de outras fontes de receita para a mobilidade, como a taxação pelo uso do automóvel, circulando ou principalmente parado. Todo mundo arca com o custo da infraestrutura, que acaba sendo apropriada individualmente, privadamente pelos usuários de automóvel. Eu evitei tocar nesse ponto como uma sugestão de exploração, de fonte de receita, para não desviar muito do assunto e não estender muito, mas está perfeita a sua colocação. Acho que foi bom você ter levantado isso.

Estou vendo que o Secretário está anotando aqui. É bom que isso já vá para a agenda. Espero que vá para agenda não com aquela lógica de ser uma fonte de receita para a empresa privada que vai operar o estacionamento, porque isso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	47

significa estimular o uso do automóvel e não usar a taxaçoão como uma forma de se ressarcir pelo custo que o automóvel implica.

Eu tinha levantado dois pontos que sugeri que fossem tarefas urgentes a serem tratadas pela SEMOB – Secretaria de Estado de Mobilidade.

Primeiro, a auditoria dos custos operacionais, pois a gente precisa saber quanto custa isso e rever o modelo de remuneração. Eu entendo que não se fazem essas coisas de um dia para o outro, mas precisamos tomar iniciativas imediatas. Precisamos pelo menos sinalizar que isso está acontecendo tomando essas providências.

Nesse ponto, eu queria levantar uma situação, porque a resposta do Secretário não me satisfaz: a publicidade da taxa de lucros. A resposta não é o conhecimento da taxa interna de retorno que foi contratada em 2012, não é isso. A gente não está falando do que foi contratado, a gente está falando de conhecer de fato quais são os custos para sabermos quanto está sobrando de dinheiro no caixa das empresas, não o que foi contratado. Para isso, a gente precisa saber como é que é a operação e quanto está custando isso.

Eu fiquei contente por ouvir o Secretário qualificar aqui o sistema como ele foi licitado, a concepção do sistema como um sistema mais racional, e que, por isso, precisa-se somente de 2.500 ônibus e não de 3.500.

Então, além da auditoria dos custos e da revisão do modelo de remuneração, eu vou acrescentar um terceiro ponto, que é implementarmos urgentemente o sistema como ele foi licitado. Claro, sabemos que não é de uma hora para outra, mas isso precisa ser feito, antes que comecemos a sofrer a pressão de que o GDF precisa comprar mais mil ônibus e colocar na praça, para fazer funcionar direito. Não é isso, não é disso que precisamos, temos de ser mais racionais. Então, é uma terceira tarefa urgente.

De novo agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Prof. Paulo Cezar.

Concedo a palavra à Sra. Maria Paiva, do Movimento Passe Livre.

SRA. MARIA PAIVA – Primeiro quero dizer que este espaço é muito importante como uma das frentes de luta contra o aumento. Sabemos que a batalha está muito longe de acabar. Ela não vai terminar por aqui, mas não posso deixar de me dirigir ao Secretário de Mobilidade depois dessa fala, porque primeiro eu gostaria muito de conseguir rir quando o senhor fala sobre união e justifica esse aumento de novo.

O que vemos neste governo são basicamente dois discursos: o governo age como se fosse um contador, não age como se fosse um administrador público. Age como se tivesse apenas recursos para tirar e recursos para colocar, como se não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	48

estivéssemos falando de questões políticas, que é disso que realmente se trata. Quando não age como um contador, o governo age como se não estivesse lá.

“Não sou governo.” É o que ele diz o tempo todo. Diz que não pode fazer nada, que não há outra solução e que não tem alternativas. Talvez você pudesse deixar o governo vago, porque basicamente é a mesma coisa. Estamos sempre pagando a conta de uma administração que diz que não pode fazer nada. Vocês estão de mãos atadas? Nós estamos de mãos atadas! Nós estamos tendo de pagar 4 reais pelo nosso direito de ir e vir. Isso é inadmissível.

Quando o governo fala que não pode fazer nada, ao mesmo tempo, vem me dizer que falta transparência e que o sistema é ruim, sem comentar algumas coisas. Por exemplo, nem foi comentado aqui se se tem acesso às planilhas de custo. Planilhas de custo fictícias, porque sabemos que hoje o sistema de bilhetagem automático está nas mãos dos empresários. Então, olhem a loucura desse sistema! Basicamente, o empresário diz quanto ele gasta, quantos passageiros passam lá e quanto o governo tem de pagar para ele. Este é o melhor negócio do mundo. É impressionante! Não tem negócio melhor do que ser operador de transporte em Brasília!

Eu gostaria realmente que algum dia o governo se prestasse a responder como governo e não como candidato, porque não dá mais para escutar essas desculpas. Eu também gostaria de entender o seguinte: se o governo reconhece as falhas do transporte, diz que o sistema é ruim e não é transparente, por que ele escolhe fazer com que paguemos a conta antes de resolver esses problemas? E é pagar a conta com emprego, com lazer e com direito à cidade.

O Secretário comentou que esse círculo vicioso pode fazer a cidade parar. Não foram os trabalhadores paralisados que criaram esse círculo, ele está sendo criado pelo aumento de passagem. É o aumento de passagem que aumenta a inflação. O transporte é o terceiro maior gasto das famílias. O aumento de passagem aumenta a inflação, sim, e, nesse sentido, aumenta a crise econômica, sim, e aumenta o desemprego também. Então, não coloque mais essa conta nas nossas costas, porque quem criou esse ciclo econômico definitivamente não foram os trabalhadores e trabalhadoras que estão, por exemplo, parando o metrô e lutando agora contra o aumento da passagem e essas outras medidas neoliberais do governo.

Para terminar, esse governo começou a gestão dizendo que não faltava dinheiro, faltava gestão. Essa era a campanha do Rollemberg, não sei se vocês se lembram. Rapidamente ele ganhou as eleições e mudou o discurso, dizendo que, na verdade, faltava muito dinheiro. Nós estamos nos perguntando: cadê a gestão e cadê a escolha por onerar a parte mais rica da sociedade? Por que temos de pagar a conta? Vamos continuar nos recusando a fazer isso e vamos continuar pressionando para desnaturalizar esse discurso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	49

O governo diz que só tem uma alternativa. Não é verdade! Assumam que vocês estão fazendo a opção política de fazer os mais pobres pagarem as contas dos mais ricos. Assumam que vocês estão optando pelo lucro dos empresários, pela manutenção desse sistema injusto, como vocês mesmos o reconhecem, e fazendo a gente pagar a conta. Se o sistema está errado, não me façam pagar a conta antes de vocês. Não faz o menor sentido esse tipo de proposição do governo.

Concluindo, concordo em muita coisa com o Secretário. A exploração do transporte é realmente histórica no Distrito Federal. Definitivamente, não começou agora. A gente vê a visão do transporte como mercadoria e não como direito não só aqui no Distrito Federal, mas em todo o Brasil. Mas este governo não está fazendo nada de diferente em relação a isso. Quando se aumenta a passagem, quando se decide fazer com que nós paguemos com o nosso direito de ir e vir, está-se mantendo o poder do empresário, sim. Está-se mantendo o lucro, está-se priorizando o lucro.

É preciso assumir isso, porque essa é a decisão política que vocês estão adotando. Não me venham dizer que é a única alternativa. Quem está sem alternativa agora somos nós, usuários do transporte coletivo. A gente não tem como pagar essa tarifa e a gente não vai pagar.

Então, amanhã vai ser maior. Essa mobilização só vai acabar quando o governo decidir tirar esta medida covarde, que é aumentar as passagens.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Maria Paiva.

Vou pedir ao mestre de cerimônias para ler uma moção de apoio aos movimentos populares que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar acaba de protocolar, em função, inclusive, de uma questão levantada aqui pelo Paique.

(Segue documento a que se refere o Presidente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	50



Câmara Legislativa do Distrito Federal
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



Moção de Apoio

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, atenta às manifestações de representantes de movimentos populares, sindicais e de usuários do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal propõe à Comissão Geral instalada na Câmara Legislativa, nesta quinta-feira 24 de setembro de 2015, a seguinte **Moção de Apoio**:

- As manifestações dos movimentos populares são legítimas e necessárias num regime democrático. Portanto, entendemos como legítimas as manifestações dos participantes do Movimento Passe Livre e outros Movimentos Sociais frente ao aumento das tarifas de transporte público no Distrito Federal;
- Instamos o Governo do Distrito Federal a impedir a conduta repressiva adotada pelas forças policiais mobilizadas para impedir manifestações legítimas e pacíficas dos movimentos populares, como tem ocorrido nos últimos dias;

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2015 18:04



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	51



Câmara Legislativa do Distrito Federal
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



- Apontamos o caminho do diálogo entre o Governo do Distrito Federal, os Parlamentares com mandato nesta Câmara Legislativa e os representantes dos usuários como o caminho indispensável para solucionar a situação criada com o aumento arbitrário das tarifas dos transportes públicos no Distrito Federal;

- Instamos o GDF a garantir a mobilidade adequada como um Direito inalienável dos Cidadãos e Cidadãs do Distrito Federal como garante a Constituição Federal.

Brasília, 24 de setembro de 2015

Deputado  **RICARDO VALE**

Deputado _____

Deputado _____

Deputado _____

Deputada _____

Deputado _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2015	15h10min	83ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	52

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Carlos.

Quero agradecer a presença de todos os Parlamentares que aqui estiveram, das autoridades do governo e dos demais convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a reunião às 18h48min.)